INPO

Instituto Nacional
de Pesquisas Oceânicas

SEMESTRAL

Relatório de Gestão

1/26

MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO

Instituto Nacional de Pesquisas Oceânicas

PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTRA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
Luciana Santos

SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MCTI
Luis Manuel Rebelo Fernandes

DIRETORIA

Diretor-Geral
Segen Estefen

Diretor de Pesquisa e Inovação
Andrei Polejack

Diretora de Infraestrutura e Operações
Janice Trotte-Duhá

Diretor de Administração e Finanças
Rodolfo Fraenkel

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
Andrea Brito Latgé (T) – Presidente
Leandro Bortolozo Pedron (S)

Ministério da Educação
Denise Pires de Carvalho (T)
Antonio Gomes de Souza Filho (S)

Ministério da Defesa
Vice-Almirante Marco Antônio Linhares Soares (T)
Contra-Almirante Anderson Marcos Alves da Silva – (S)

Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás
Raimar Van Den Byllardt (T)
Carlos Augusto dos Santos Victal (S)

Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
Renato Janine Ribeiro (T)
Paulo Eduardo Artaxo Netto (S)

Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa
Ramiro Wahrhaftig (T)
Handerson Jorge Dourado Leite (S)

Representantes dos Associados do INPO
Eliane Gonzalez Rodriguez (T)
Murilo Augusto Vaz (S)

Representantes do Conselho Científico do INPO
Alexander Turra (T)
José Henrique Muelbert (S)

Representantes da Sociedade Civil
Helena Bionciani Nader (T)
Jailson Bittencourt de Andrade (S)
Carlos Afonso Nobre (T)
Moacyr Cunha de Araujo Filho (S)
Ademilson Josemar Zamboni (T)

CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal é composto por três titulares e um suplente, todos designados pelo Conselho de Administração.

Presidente
Fernando Peregrino

Secretário
Lozevaldo Monteiro Cruz

Titular
Marcello Nogueira Canuto

Suplente
Marco Alexandre Rodrigues de Aguiar

Instituto Nacional de Pesquisas Oceânicas - INPO
Rua Aloísio Teixeira 278 · Prédio 3 · 4° andar
Ilha da Cidade Universitária
Rio de Janeiro - RJ · CEP 21941-850

inpo.org.br

MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

SUMÁRIO

Resumo Executivo 7

Palavras do Diretor-Geral 10

1. Introdução 12

2. Objetivos Institucionais 15

2.1 Projetos Estruturantes 15

2.1.1 Observação oceânica 15

2.1.2 Instrumentação oceanográfica 17

2.1.3 Sistema de Armazenamento e Disponibilização de Dados (SADD) 19

2.1.4 Energia Azul 20

2.2 Projetos Transversais 21

2.2.1 Iniciativa Nacional de Uma Só Saúde Azul (*Blue One Health*) 21

2.2.2 Diagnóstico de Conformidade com o Acordo de Subsídios à Pesca para as Pescarias Brasileiras (AFS/OMC) 22

2.2.3 Gêmeo Digital do Oceano Atlântico Sul (BR-DTO) 24

2.3 Consolidação da Rede de Pesquisa, Inovação e Infraestrutura (RPII) do INPO 25

2.3.1 Formação do Comitê Gestor 26

2.3.2 Projeto RPII digital 27

2.4 Parcerias 29

2.4.1 Acordos firmados 29

2.4.2 Projetos submetidos 31

2.5 Eventos 33

2.5.1 Terceiro Simpósio sobre Biodiversidade Além da Jurisdição Nacional – BBNJ (*Biodiversity Beyond National Jurisdiction*) 33

2.5.2 Fórum de Organizações Sociais Federais 35

2.5.3 *Blue One Health Dialogues: Bridging Ocean Science and One Health* 36

2.5.4 Reunião Magna da Academia Brasileira de Ciências (ABC) 37

2.5.5 *Workshop "Data to Decision: Towards a Digital Twin Ocean Platform for the South Atlantic"* 38

2.5.6 IX Reunião Ministerial da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) 40
2.5.7 AAORIA *Summer School – Working on Technologies for Oceanic and Subsea Environments: Autonomous Robotics and Artificial Intelligence* (WTSUB 2026) 40
2.6 Disseminação (*Outreach*) 42
2.6.1 Trabalho com a imprensa: Resultados de Mídia 42
2.6.2 *Newsletter* 43
2.6.3 Site Institucional do INPO 43
2.6.4 Resultado de Redes Sociais 44
2.6.5 Eventos liderados pelo INPO com estratégias específicas de comunicação no primeiro semestre 46
2.7 Captação de Recursos 46
2.8 Publicações 47

3. Governança e Estrutura Organizacional 50

3.1 Conselho de Administração 50
3.2 Conselho Fiscal 51
3.3 Conselho Científico 51
3.4 Diretoria Executiva 52
3.5 Rede de Pesquisa, Inovação e Infraestrutura 53
3.6 Supervisão e prestação de contas 53

4. Gestão de Riscos e Controles Internos 55

5. Resultados da Gestão: Metas e Indicadores 58

6. Gestão Financeira 67

6.1 Resumo Executivo 67
6.2 Descrição das Ações Realizadas 68
6.3 Fluxo de Caixa 69
6.4 Rendimentos das Aplicações Financeiras 70
6.5 Recursos provenientes de outras fontes 71
6.6 Execução das Despesas 72
6.7 Comparativo entre Orçamento e Realizado 74
6.8 Considerações Finais da Gestão Financeira 77

7. Gestão de Pessoas 79

8. Gestão da Tecnologia da Informação 81

9. Sustentabilidade 84

10. Considerações Finais 86



RESUMO EXECUTIVO

RESUMO EXECUTIVO

O primeiro semestre de 2026 representou um período de consolidação das capacidades institucionais do Instituto Nacional de Pesquisas Oceânicas (INPO), desenvolveu ações orientadas pelas metas do Contrato de Gestão firmado com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e pelas diretrizes do Plano Diretor 2024–2028.

O INPO avançou na implementação de projetos estruturantes relacionados à observação oceânica, à instrumentação oceanográfica e à infraestrutura de dados. Entre os resultados do semestre, destacam-se a evolução do Sistema de Armazenamento e Disponibilização de Dados (SADD), a estruturação gradual do Centro de Instrumentação Oceânica (iOCEANO), o desenvolvimento da proposta do Sistema Nacional de Monitoramento do Oceano (SiMOceano) e a ampliação das articulações para o desenvolvimento de sistemas digitais do oceano.

No campo da articulação institucional, o Instituto fortaleceu a Rede de Pesquisa, Inovação e Infraestrutura (RPII), ampliou parcerias nacionais e internacionais, submeteu propostas a diferentes mecanismos de fomento e promoveu eventos técnico-científicos de relevância para a agenda oceânica, com destaque para o III Simpósio Brasileiro sobre o Tratado BBNJ.

A gestão administrativa e financeira acompanhou essa nova etapa de desenvolvimento. O aumento da execução orçamentária foi planejado e refletiu a consolidação da estrutura permanente, a ampliação das atividades finalísticas e o avanço dos projetos estratégicos. Paralelamente, o INPO manteve uma gestão prudente das disponibilidades financeiras e recebeu R$ 923.834,04 de fontes complementares ao Contrato de Gestão.

Os resultados apresentados demonstram que o INPO avançou da fase inicial de implantação para uma etapa de consolidação operacional, fortalecendo sua capacidade de produzir conhecimento, estruturar soluções científicas e tecnológicas e articular instituições em torno do desenvolvimento sustentável do oceano. Com estrutura organizacional estabelecida e projetos em início de execução, o Instituto está em condições de ampliar suas entregas.



PALAVRAS DO DIRETOR-GERAL

PALAVRAS DO DIRETOR-GERAL

O primeiro semestre de 2026 foi marcado pelo desenvolvimento de parcerias e captação de recursos para o desenvolvimento dos projetos estruturantes do INPO. O Relatório de Gestão do primeiro semestre de 2026 do Instituto Nacional de Pesquisas Oceânicas (INPO) sintetiza os principais avanços institucionais, científicos, tecnológicos e operacionais alcançados no período, refletindo o cumprimento das metas pactuadas no Contrato de Gestão firmado com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e o alinhamento às diretrizes do Plano Diretor 2024–2028.

Ao longo do semestre, o INPO consolidou sua estrutura organizacional e técnica e avançou na execução de iniciativas prioritárias para a ciência oceânica brasileira. Destacam-se a evolução do projeto para o desenvolvimento da infraestrutura de dados oceânicos e das capacidades nacionais de instrumentação e calibração, com o intuito de no futuro fortalecer a observação oceânica.

Também foram fortalecidas as ações de articulação institucional, captação de recursos, promoção do diálogo entre ciência, políticas públicas e sociedade e a ampliação da cooperação científica e tecnológica no Brasil e no exterior.

Esses avanços reforçam o papel do INPO como agente articulador da pesquisa, do desenvolvimento e da inovação voltados ao oceano.

Os resultados apresentados neste relatório demonstram que o Instituto avança de forma planejada e consistente na construção de capacidades nacionais para a ciência oceânica, orientado pela excelência técnica, pela cooperação multissetorial, pela inovação e pelo compromisso com a sustentabilidade.



1

INTRODUÇÃO

1 INTRODUÇÃO

O Instituto Nacional de Pesquisas Oceânicas (INPO) é uma associação civil sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social nos termos do Decreto nº 11.275, de 6 de dezembro de 2022. Em 2 de outubro de 2023, celebrou Contrato de Gestão com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), publicado no Diário Oficial da União, edição nº 188, Seção 3.

O INPO tem por missão contribuir para a promoção do desenvolvimento científico e tecnológico nas áreas de oceanografia física, química, biológica e geológica; interação oceano-atmosfera; pesca e aquicultura marinha; engenharia naval, costeira e submarina; instrumentação oceanográfica; energia dos oceanos; biodiversidade marinha e costeira; e biotecnologia.

O Instituto busca ser reconhecido nacionalmente, até 2028, como o principal agente articulador da pesquisa, do desenvolvimento e da inovação relacionados ao oceano. Seu objetivo geral é promover as ciências do mar de forma integrada e transdisciplinar, contribuindo para o enfrentamento dos desafios nacionais, para a formulação e implementação de políticas públicas e para a ampliação da atuação brasileira no cenário internacional em favor de um oceano sustentável.

Este relatório cobre o período de janeiro a junho de 2026, parte do terceiro ano de execução do Contrato de Gestão com o MCTI. É o primeiro semestre em que o INPO opera com estrutura de pessoal completa, o que se reflete no crescimento da execução orçamentária e na intensificação dos projetos. O período foi marcado pelo fortalecimento da governança, pela ampliação da capacidade operacional, pela evolução dos projetos estruturantes e pela intensificação da articulação com a comunidade científica, órgãos públicos, empresas e parceiros internacionais.

Entre os principais avanços, destacam-se o desenvolvimento do Sistema de Armazenamento e Disponibilização de Dados (SADD), a estruturação do Centro de Instrumentação Oceânica (iOCEANO), a evolução da proposta do Sistema Nacional de Monitoramento do Oceano (SiMOceano), o fortalecimento da Rede de Pesquisa, Inovação e Infraestrutura (RPII) e a ampliação das iniciativas de cooperação e captação de recursos.

Este relatório apresenta os resultados alcançados no período de janeiro a junho de 2026, relacionando as ações realizadas às metas do Contrato de Gestão e às diretrizes do Plano Diretor 2024–2028. Em conjunto, esses resultados evidenciam a consolidação progressiva do INPO como instituição estratégica para o desenvolvimento científico, tecnológico e inovador voltado ao oceano no Brasil.



2

OBJETIVOS INSTITUCIONAIS

2

OBJETIVOS INSTITUCIONAIS

Os objetivos institucionais do INPO para o primeiro semestre de 2026 foram orientados pelas diretrizes estabelecidas no Plano Diretor 2024–2028 e pelas metas pactuadas no Contrato de Gestão celebrado com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

Esta seção apresenta as principais atividades executadas no período, abrangendo a implementação de projetos e iniciativas estratégicas, a realização e participação em eventos técnico-científicos, o fortalecimento de parcerias e da cooperação institucional, as ações de comunicação e disseminação do conhecimento, a captação de recursos complementares e a produção técnico-científica, evidenciando como essas iniciativas contribuíram para o fortalecimento institucional e para o cumprimento dos objetivos do INPO.

2.1 Projetos Estruturantes

2.1.1 Observação oceânica

2.1.1.1 Sistema Nacional de Monitoramento do Oceano (SiMOceano)

A proposta de criação do Sistema Nacional de Monitoramento do Oceano (SiMOceano), coordenado pelo INPO, tem como objetivo implantar uma infraestrutura nacional de observação oceânica capaz de gerar séries temporais contínuas de dados físicos, químicos, biológicos e climáticos do Oceano Atlântico Sul. O sistema será composto por Observatórios Oceânicos Permanentes do Atlântico Sul (OOPAS).

A implantação do SiMOceano prevê a integração de boias meteoceanográficas, cruzeiros oceanográficos anuais e análises laboratoriais, assegurando o monitoramento contínuo de Variáveis Essenciais do Oceano (VEOs) atualmente pouco observadas *offshore* no Brasil. Assim, a iniciativa busca preencher uma lacuna histórica na observação biogeoquímica da costa oceânica brasileira, gerando informações sobre o ciclo do carbono, as interações oceano-atmosfera e os impactos das mudanças climáticas, além de disponibilizar os dados de forma aberta para a comunidade científica e para aplicações em modelagem climática e gêmeos digitais do oceano. A proposta de criação do SIMOceano foi anunciada pelo Presidente da República durante a Conferência do Oceano das Nações Unidas e os documentos técnicos necessários foram encaminhados ao MCTI para avaliação quanto à possibilidade de financiamento pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

Inicialmente, o primeiro observatório estaria localizado nas proximidades de Fernando de Noronha. Porém, em maio de 2026, foi requisitada uma expansão do modelo original para as demais ilhas oceânicas e Unidades de Conservação insulares oceânicas do Brasil: Fernando de Noronha, Atol das Rocas, Arquipélago de São Pedro e São Paulo, Abrolhos e Trindade. Assim, o INPO ajustou a proposta do piloto a ser instalado em Fernando de Noronha de forma a contemplar as demais ilhas oceânicas brasileiras e tem buscado o apoio financeiro necessário para sua implantação.

Para essa adequação da proposta, foram ajustados o escopo do projeto, incluindo alterações nas equipes, equipamentos e custeio, e o delineamento do monitoramento, com inclusão de sensores como os da rede de rastreamento de animais *Ocean Tracking Network* (OTN), hidrofones e uma boia costeira com câmera no Atol das Rocas.

Com execução prevista para 36 meses, a nova proposta fortalecerá a infraestrutura nacional de pesquisa oceanográfica e ampliará a capacidade brasileira de monitoramento ambiental e de modelagem climática. Assim subsidiará políticas públicas relacionadas à conservação da biodiversidade, pesca, planejamento espacial marinho e adaptação às mudanças climáticas. Também busca consolidar o protagonismo do Brasil na observação do Oceano Atlântico Sul e sua inserção na rede global de observatórios oceânicos.

2.1.1.2 Centro de Biointeligência da Amazônia Azul (CBIAAz) – Marinha do Brasil (IEAPM/CHM)

A proposta "Centro de Biointeligência da Amazônia Azul (CBIAAz)", liderada pela Marinha do Brasil e submetida à Chamada Pública MCTI/FINEP/FNDCT – Pesquisa Aplicada em Centros Temáticos 2025, visa implantar em 36 meses uma infraestrutura multiusuária voltada à geração de inteligência ambiental para apoiar a soberania, a defesa nacional, a gestão ambiental e a economia do mar. Para isso, reúne sensoriamento remoto hiperespectral, modelagem hidrodinâmica, análises laboratoriais, DNA ambiental (eDNA), bioinformática e aprendizado de máquina voltadas às Águas Jurisdicionais Brasileiras. Entre os principais objetivos estão a regionalização de algoritmos para monitoramento de grupos funcionais de fitoplâncton, a detecção de florações algais nocivas, o mapeamento de habitats pesqueiros e o desenvolvimento de produtos interoperáveis com os sistemas estratégicos da Marinha do Brasil, fortalecendo a capacidade nacional de monitoramento e vigilância da Amazônia Azul. A execução será conduzida por um consórcio formado pelo Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira (IEAPM), Centro de Hidrografia da Marinha (CHM), Instituto Oceanográfico da USP (IO-USP) e o próprio INPO. O projeto entregará uma plataforma computacional de alto desempenho, bancos de dados bio-ópticos e espectrais, protocolos padronizados, sistemas automatizados de alerta e produtos analíticos voltados tanto às aplicações de defesa quanto às demandas civis, assim como monitoramento ambiental, gestão pesqueira, maricultura e resposta a derramamentos de óleo. Dessa forma, o CBIAAz pretende consolidar uma capacidade nacional permanente de biointeligência marinha, promovendo a autonomia tecnológica do país e ampliando o uso estratégico das ciências oceânicas para a proteção e o uso sustentável da Amazônia Azul.

2.1.2 Instrumentação oceanográfica

A Instrumentação Oceanográfica constitui um dos projetos estruturantes do INPO, voltado ao fortalecimento da infraestrutura científica nacional para o desenvolvimento, manutenção, calibração, validação e inovação em sensores e equipamentos utilizados em pesquisas oceanográficas. A iniciativa busca ampliar a autonomia tecnológica do País, reduzir a dependência de serviços especializados do exterior e fortalecer a qualidade e a confiabilidade dos dados produzidos pelas redes nacionais de observação oceânica.

Como parte dessa estratégia, o INPO vem estruturando o Centro de Instrumentação Oceânica (iOCEANO), concebido como uma infraestrutura científica multiusuária destinada a desenvolvimento tecnológico, prestação de serviços especializados, formação de recursos humanos e ao apoio à pesquisa, inovação e transferência de tecnologia em instrumentação oceanográfica. O Centro tem como propósito tornar-se uma infraestrutura nacional de referência para calibração, desenvolvimento e validação de sensores e equipamentos oceanográficos, contribuindo para ampliar a autonomia tecnológica brasileira e a qualidade das observações oceânicas.

A implantação do iOCEANO está sendo conduzida de forma gradual. Como etapa inicial, o Instituto estruturou, em parceria com a *OceanPact Tech Ltda*., o Núcleo de Implantação do Centro de Instrumentação e Calibração Oceanográfica (CICO), nas dependências do Parque Tecnológico da UFRJ. Essa iniciativa permitirá o desenvolvimento das capacidades iniciais de calibração de sensores oceanográficos, elaboração de protocolos técnicos, capacitação de equipes e implantação das primeiras rotinas laboratoriais, tendo como foco inicial equipamentos do tipo CTD.

Paralelamente, prosseguiram as tratativas com a *Ocean Scientific International Ltd.* (OSIL) para o fornecimento, instalação e comissionamento dos equipamentos especializados necessários ao funcionamento do CICO. A cooperação busca incorporar ao Centro padrões internacionais de calibração e rastreabilidade metrológica, contribuindo para a futura acreditação laboratorial e para o fortalecimento da qualidade dos dados oceanográficos produzidos no Brasil.

Também avançaram as articulações para a futura implantação do Centro de Instrumentação Oceânica (iOCEANO) no município de Maricá (RJ). Nesse contexto, o INPO e o Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá (ICTIM) celebraram, em março de 2026, um Protocolo de Intenções destinado a estabelecer uma parceria estratégica para o desenvolvimento da pesquisa técnico-científica, da inovação e da economia do mar. O instrumento prevê a cooperação entre as instituições para o planejamento e a execução de iniciativas conjuntas, incluindo a disponibilização de área física e infraestrutura básica pelo ICTIM, além da futura celebração de instrumentos específicos para viabilizar os projetos decorrentes dessa parceria.

Como complemento a essa estratégia, permaneceu em desenvolvimento o subprojeto iNICIO, aprovado no âmbito do Edital FINEP PROINFRA 2025 – Unidades de Pesquisa MCTI. O projeto tem por objetivo a elaboração dos projetos básico e executivo da futura infraestrutura do iOCEANO, constituindo etapa fundamental para sua implantação e para a captação de recursos destinados à construção e à operação do Centro.

As iniciativas desenvolvidas no primeiro semestre de 2026 representam avanços importantes na implementação de um dos projetos estruturantes previstos no Plano Diretor do INPO. A estruturação gradual do CICO, o estabelecimento da parceria com o ICTIM para a futura implantação do iOCEANO e o desenvolvimento do subprojeto iNICIO demonstram a evolução consistente dessa agenda estratégica. Ao integrar desenvolvimento tecnológico, calibração, metrologia, inovação e formação de recursos humanos, o Instituto fortalece sua capacidade de apoiar a pesquisa científica, ampliar a autonomia tecnológica nacional e disponibilizar serviços especializados à comunidade científica e aos diversos setores estratégicos relacionados ao oceano.

2.1.3 Sistema de Armazenamento e Disponibilização de Dados (SADD)

O Sistema de Armazenamento e Disponibilização de Dados (SADD) é a infraestrutura digital desenvolvida pelo INPO para armazenar, organizar, integrar e disponibilizar dados oceânicos e costeiros de forma padronizada, interoperável e alinhada aos princípios FAIR (*Findable, Accessible, Interoperable and Reusable*, em tradução livre: Encontrável, Acessível, Interoperável e Reutilizável). Baseado em arquitetura de microsserviços, o sistema permite integrar múltiplas fontes de dados e apoiar sua descoberta, seu acesso e seu reuso por pesquisadores, gestores públicos e sistemas computacionais.

No primeiro semestre de 2026, o INPO concluiu a Fase 2 do desenvolvimento do SADD. Foram definidas as bases de dados oceanográficas de interesse e realizadas integrações por meio de interfaces de programação de aplicações (APIs), bem como implementadas funcionalidades para extração e disponibilização de subconjuntos de dados.

Também foram elaborados relatórios de viabilidade técnica e operacional, desenvolvido um assistente inteligente para apoiar a curadoria e a inserção de dados e construído o protótipo de um copiloto integrado para análise inteligente das informações disponíveis.

O INPO iniciou ainda a adoção de vocabulário controlado baseado no *NERC Vocabulary Server* (NVS), criando condições para o futuro mapeamento semântico das informações e para a interoperabilidade com bases nacionais e internacionais. Com a Fase 2 concluída, o SADD está apto a receber dados de múltiplas fontes por API, sendo necessário configurar cada ligação, e disponibilizá-los via consulta georreferenciada e consulta em linguagem natural utilizando agentes de IA. A Fase 3, prevista para iniciar no segundo semestre, com duração de 24 meses, desenvolverá o módulo de curadoria, iniciará a fase de beta teste e refinará a interoperabilidade da plataforma de dados para suportar o desenvolvimento futuro do gêmeo digital do Atlântico Sul.

2.1.4 Energia Azul

O Centro Temático de Energia Azul tem como objetivo impulsionar o desenvolvimento das energias renováveis oceânicas no Brasil, aproveitando o potencial da Zona Econômica Exclusiva brasileira e a experiência nacional em atividades *offshore*. A iniciativa contempla o desenvolvimento de soluções voltadas às principais fontes de energia oceânica – eólica *offshore*, ondas, marés e gradiente térmico oceânico (OTEC) – bem como suas aplicações na produção de hidrogênio de baixo carbono, dessalinização da água do mar e geração de energia elétrica.

Coordenado pelo INPO, em parceria com a COPPE/UFRJ, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal do Pará (UFPA) e Fundação Getúlio Vargas (FGV), o projeto prevê a implantação de infraestrutura de pesquisa multiusuária, o desenvolvimento de tecnologias inovadoras e a integração entre instituições de pesquisa, setor produtivo e governo, contribuindo para a transição energética, a descarbonização da economia e o fortalecimento da Economia Azul no Brasil.

No primeiro semestre de 2026 foram concluídas, em conjunto com a FINEP, as adequações necessárias à estrutura orçamentária do projeto, decorrentes da atualização do entendimento jurídico daquele órgão quanto à impossibilidade de Instituições

Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs) privadas realizarem pagamento de bolsas com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). Em razão dessa orientação, os recursos originalmente destinados a bolsas foram reprogramados para despesas com pessoal, preservando integralmente os objetivos, as metas, as instituições parceiras e as entregas previstas.

Com a conclusão da reprogramação orçamentária, o projeto encontra-se apto para execução, aguardando apenas a liberação dos recursos financeiros pela FINEP.

2.2 Projetos Transversais

2.2.1 Iniciativa Nacional de Uma Só Saúde Azul (*Blue One Health*)

A Iniciativa Nacional de Uma Só Saúde Azul visa estabelecer uma abordagem integrada para enfrentar os desafios que conectam a saúde ambiental, humana e animal no ambiente marinho brasileiro. O conceito de Blue One Health promove a integração entre ciências oceânicas, biológicas, veterinárias e da saúde para gerar conhecimento interdisciplinar sobre esses nexos. Liderada pelo INPO, pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) e pela Cátedra UNESCO para Sustentabilidade dos Oceanos, parte do reconhecimento de que problemas como poluição, mudanças climáticas, sobre-exploração dos recursos marinhos, patógenos emergentes e perda da biodiversidade afetam simultaneamente os ecossistemas, a segurança alimentar e o bem-estar das populações. A proposta tem intuito de subsidiar políticas públicas, fortalecer a governança dos oceanos e aumentar a resiliência socioambiental.

A iniciativa está estruturada em três eixos estratégicos: Segurança Alimentar, com foco na avaliação de contaminantes em produtos da pesca e aquicultura e no monitoramento de patógenos marinhos e florações algais nocivas; Saúde Humana e Animal, voltado ao rastreamento de doenças entre espécies marinhas, prevenção de zoonoses e prospecção de compostos antimicrobianos de origem oceânica; e Saúde Ambiental, dedicado à geração de evidências para combater a contaminação, conservar a biodiver-

sidade e promover uma visão integrada entre conservação dos oceanos, regulação climática e saúde humana. Como etapa inicial, a proposta prevê a realização de um *workshop* nacional para aproximar pesquisadores e instituições, mapear competências e projetos existentes, identificar lacunas de pesquisa e estruturar um portfólio de projetos capaz de captar recursos. Pretende também orientar uma estratégia nacional coordenada para a implementação da abordagem de Uma Só Saúde Azul no Brasil.

Assim, junto a integrantes da RPII do INPO, foi elaborada no primeiro semestre de 2026 uma proposta de programa do *workshop* nacional, que contará com pesquisadores de notório saber atuantes nos temas estratégicos da iniciativa. O *workshop* visará mapear e engajar a pesquisa realizada no país sobre a temática. Foi iniciado ainda o planejamento de uma mesa redonda sobre Uma Só Saúde Azul a dar-se durante o Congresso Brasileiro de Oceanografia, que ocorrerá em agosto, em Vitória/ES.

O INPO esteve presente também no evento "*Blue One Health Dialogues: Bridging Ocean Science and One Health*", organizado pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) e integrado ao *One Health Summit*[1]. No evento, o INPO liderou a plenária "*Ocean observations as an integrative foundation for Blue One Health*", discutindo o papel das observações oceânicas como alicerce para estudos de Uma Só Saúde Azul[2]. Mais informações sobre o evento "*Blue One Health Dialogues: Bridging Ocean Science and One Health*" encontra-se no item 2.5.3 deste relatório.

2.2.2 Diagnóstico de Conformidade com o Acordo de Subsídios à Pesca para as Pescarias Brasileiras (AFS/OMC)

O projeto "Diagnóstico de Conformidade com o Acordo de Subsídio de Pesca para as Pescarias Brasileiras", encomendado pela Organização Mundial do Comércio (OMC) ao Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) junto ao INPO, propõe a realização de um diagnóstico técnico e institucional da capacidade do Brasil de implementar o Acordo da Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre Subsídios à Pesca (AFS), com foco nos artigos relacionados

1 Ver mais em: https://oneplanetsummit.fr/en/one-health-festival-307

2 Mais informações no item 2.5.3 deste relatório.

à pesca ilegal, estoques sobrepescados, subsídios à atividade pesqueira e transparência. Executado pelo INPO, sob supervisão do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), o trabalho será desenvolvido ao longo de seis meses e utilizará uma abordagem baseada em evidências para identificar lacunas regulatórias, técnicas, institucionais e de dados que possam comprometer o cumprimento do acordo. A metodologia combina análise documental, mapeamento sistemático de políticas públicas, avaliação das informações disponíveis sobre estoques pesqueiros e consultas a especialistas e instituições estratégicas, incluindo missões técnicas em diferentes regiões do país e um *workshop* nacional para validação dos resultados.

A proposta está estruturada em cinco etapas interdependentes: levantamento e classificação dos subsídios à pesca existentes no Brasil; identificação das pescarias e estoques beneficiados por esses subsídios; avaliação da disponibilidade e suficiência das informações sobre o estado dos estoques pesqueiros; consolidação das lacunas e priorização das ações necessárias para implementação do acordo; e elaboração de uma proposta técnica e financeira para mobilização de recursos destinados à realização de avaliações prioritárias de estoques (**Figura 1**). Espera-se entregar um diagnóstico sistemático das necessidades de implementação do AFS, um mapeamento nacional dos subsídios à pesca, uma matriz de riscos de não conformidade, um roteiro priorizado de ações, além de recomendações para fortalecer a proposta brasileira ao *Fish Fund* (Categoria 2) e ampliar a captação de recursos nacionais e internacionais para apoiar a implementação do acordo.

A execução do projeto teve início em maio de 2026 e tem término previsto para novembro de 2026. O projeto tem como pesquisadora principal a bolsista Dra. Letícia Canton, e conta com apoio de especialista pelo bolsista Dr. Marcelo Vianna. A vaga para o bolsista especialista foi divulgada por meios digitais e a seleção contou com 117 inscritos altamente qualificados, cuja seleção foi realizada por avaliação de currículos e entrevista. A incorporação dos bolsistas ampliou a capacidade técnica da equipe do INPO para executar as atividades previstas no projeto, assegurando maior agilidade, qualidade na produção dos resultados e fortalecimento da formação de recursos humanos especializados em pesquisa e gestão da informação pesqueira.

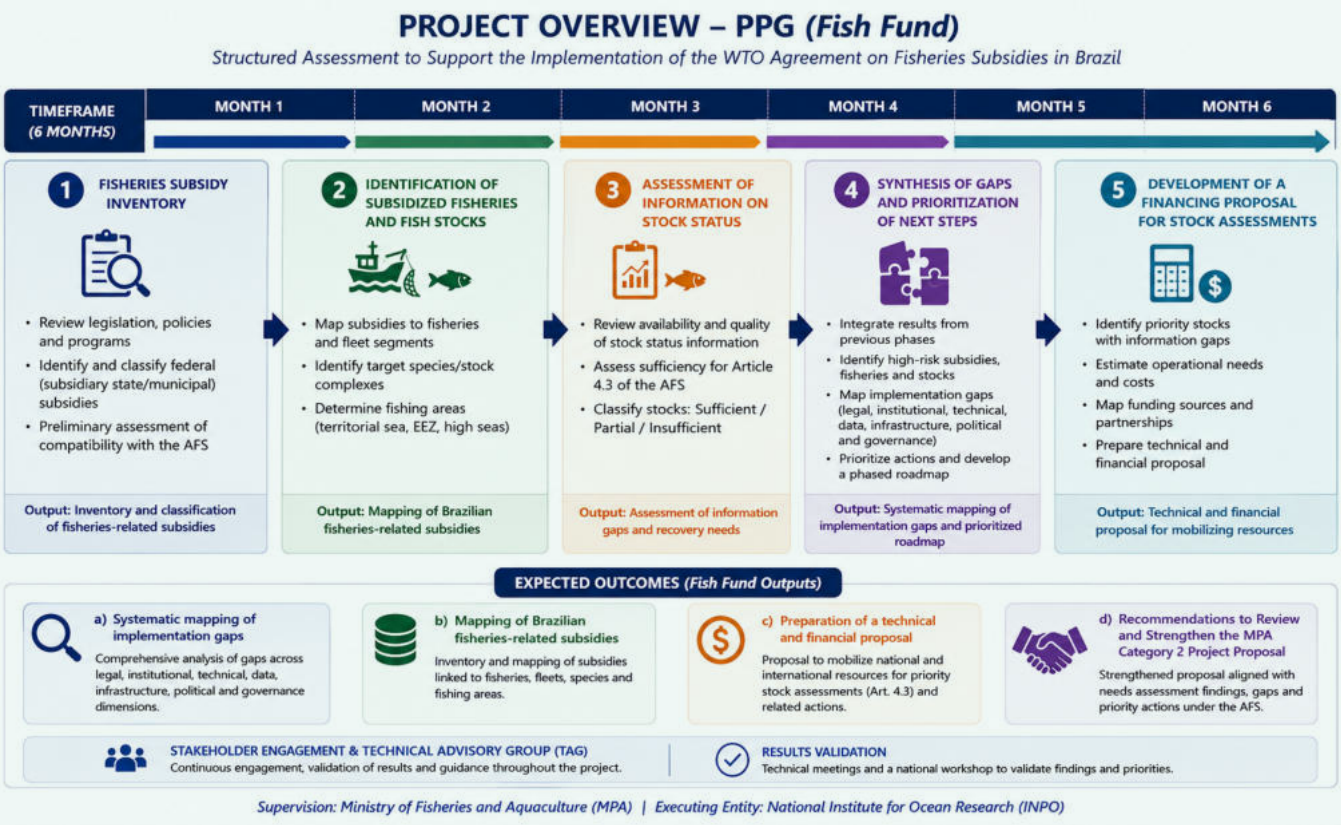


Figura 1. Estrutura do projeto Diagnóstico de Conformidade com o Acordo de Subsídio de Pesca para as Pescarias Brasileiras, sendo executado pelo INPO em parceria com MPA e OMC.

2.2.3 Gêmeo Digital do Oceano Atlântico Sul (BR-DTO)

O Gêmeo Digital do Oceano Atlântico Sul (BR-DTO) é uma iniciativa voltada à criação de uma representação computacional dinâmica do oceano, capaz de integrar dados observacionais, modelos numéricos e ferramentas de inteligência artificial para apoiar a pesquisa científica e a tomada de decisão. Para viabilizá-lo, será necessário antes estruturar a interoperabilidade dos dados oceanográficos brasileiros, incluindo o Banco Nacional de Dados Oceanográficos (BNDO) e o Sistema de Informação da Biodiversidade Brasileira (SiBBr).

No primeiro semestre de 2026, o INPO avançou na fase de articulação institucional do projeto. O principal movimento foi a realização do *workshop* "*Data to Decision: Towards a Digital Twin Ocean Platform for the South Atlantic*", em 4 de maio, no Rio de Janeiro, em parceria com a *Mercator Ocean International*. O evento[3] reuniu

3 O evento teve transmissão ao vivo pelo canal do INPO no YouTube, acessível em https://www.youtube.com/live/kpxZd-4gwbQ.

instituições nacionais estratégicas e permitiu mapear parceiros, identificar lacunas na infraestrutura de dados e iniciar as discussões sobre a arquitetura do sistema. Em paralelo, o Acordo de Parceria firmado com o LNCC (Seção 2.4.1.1) possibilita o acesso à infraestrutura do supercomputador Santos Dumont, componente essencial para a modelagem de alta resolução prevista no projeto.

2.3 Consolidação da Rede de Pesquisa, Inovação e Infraestrutura (RPII) do INPO

A RPII atua como elo entre o INPO e a comunidade científica nacional. Durante o primeiro semestre de 2026, suas atividades englobaram:

a. **Comitê Gestor**: Formalização e envio de comunicados de seleção para os membros titulares e suplentes do comitê, divididos por representação regional;

b. **Termo de Referência do Comitê Gestor**: Atualização, envio e coleta de manifestações sobre a minuta do Termo de Referência de funcionamento do Comitê;

c. **Atualização Cadastral e Extrator Lattes**: Emissão de ofícios institucionais solicitando atualizações sobre laboratórios e equipes, além de tratativas sobre a ferramenta de extração de dados do Currículo Lattes junto ao CNPq;

d. **Edital CNPq (Bolsas PCI)**: Submissão de proposta para a Chamada CNPq/MCTI/FNDCT N° 12/2026 - Programa de Capacitação Institucional (PCI); Faixa 4: Projetos de Pesquisa vinculados a Organizações Sociais (OS) e Empresas Públicas, incluindo a Plataforma Digital de gestão da RPII;

e. **Projeto RPII digital**: Início da execução de projeto interno para elaboração de uma plataforma inteligente para facilitar e sistematizar o acesso às informações da RPII.

Detalhes sobre o processo de formação do Comitê Gestor da RPII e o Projeto RPII digital estão descritos nos itens a seguir.

2.3.1 Formação do Comitê Gestor

A criação do Comitê Gestor da RPII estava prevista no documento que dispunha da governança e competências da Rede de Pesquisa, Inovação e Infraestrutura (RPII) do INPO. O Comitê é composto por nove membros e seus respectivos suplentes distribuídos pelas regiões geográficas do Brasil – Sul, Sudeste, Nordeste, Norte/Centro-Oeste – e um representante e seu suplente da Diretoria do INPO, que será o presidente do Comitê Gestor. Em linhas gerais, compete ao Comitê auxiliar o INPO a definir ações de pesquisa e possíveis fontes de financiamento, informar ao INPO sobre o estado atual de pesquisa no país, servir como interlocutor entre o INPO e a RPII e analisar as propostas de pesquisa que o INPO deve apoiar.

No dia 8 de abril de 2026, deu-se a Primeira Reunião do Comitê Gestor, em formato online. Nesta, foram realizadas as seguintes atividades:

- oficialização dos membros do Comitê Gestor (**Tabela 1**);
- boas-vindas aos novos membros do Comitê;
- apresentação das competências do Comitê;
- discussão sobre o Termo de Referência do Comitê Gestor;
- discussão sobre mecanismos de integração e comunicação.

Durante os debates ocorridos na reunião, foi identificada a necessidade de um grupo de trabalho para atualização e padronização das informações das instituições, pesquisadores e infraestrutura que constituem a RPII do INPO.

A composição do Comitê Gestor da RPII inaugural é apresentada na **Tabela 1**, a seguir.

Tabela 1. Membros do Comitê Gestor da Rede de Pesquisa, Inovação e Infraestrutura do INPO, durante o período de 2026 a 2028.

MEMBRO	NOME	INSTITUIÇÃO
Titular	Carlos Alberto Eiras Garcia	FURG/INCT RENOMO
Suplente	Maurício Noernberg	UFPR
Titular	José Angel Alvarez Perez	UNIVALI
Suplente	Ronaldo Oliveira Cavalli	AquaBio
Titular	Luiz Paulo Assad	UFRJ
Suplente	Carlos Leandro da Silva Junior	AOCEANO
Titular	Edmo Dias Campos	USP
Suplente	Alex Cardoso Bastos	UFES
Titular	Olívia Maria Cordeiro de Oliveira	UFBA
Suplente	Lidriana de Souza Pinheiro	UFC
Titular	Helenice Vital	UFRN
Suplente	Rosângela Paula Teixeira Lessa	UFRPE
Titular	José Souto Rosa Filho	UFPE
Suplente	Leonardo Barreira	OceanPact
Titular	Maamar El Robrini	UFPA
Suplente	Carina Costa de Oliveira	UNB
Titular	Andrei Polejack	INPO
Suplente	Janice Trotte-Duhá	INPO

2.3.2 Projeto RPII digital

A Plataforma Digital da RPII constitui uma iniciativa estratégica voltada à consolidação, atualização e análise integrada das informações da RPII do INPO. Seu objetivo é organizar dados sobre pesquisadores, laboratórios e equipamentos da RPII em um ambiente digital consultável em linguagem natural utilizando agentes de inteligência artificial, apoiando a gestão da rede e a tomada de decisão. Isso permite, por exemplo, identificar rapidamente quais instituições da rede operam equipamentos de um determinado tipo ou têm expertise em uma área específica. A proposta prevê implementação em duas fases, iniciando por um Produto Mínimo Viável (MVP) de uso interno da Diretoria de Pesquisa e Inovação do INPO e evoluindo para uma plataforma colaborativa de abrangência nacional (**Figura 2**).

As atividades previstas incluem:

- **Estruturação da base de dados**: organização das informações sobre pesquisadores, laboratórios e equipamentos da RPII em ambiente digital integrado;
- **Desenvolvimento da aplicação web**: implementação de aplicação web para cadastro, atualização e consulta das informações da rede;
- **Integração de inteligência artificial:** disponibilização de consultas em linguagem natural para busca de informações, identificação de oportunidades e geração de relatórios;
- **Validação do MVP:** realização de testes internos e disponibilização da primeira versão operacional da plataforma para uso pela Diretoria de Pesquisa e Inovação;
- **Evolução da plataforma:** planejamento da expansão institucional com múltiplos perfis de acesso, governança dos dados e integração com as instituições participantes da RPII.



Figura 2. Fluxo Conceitual da Plataforma RPII Digital.

2.4 Parcerias

2.4.1 Acordos firmados

2.4.1.1 Parceria estratégica com o Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC)

No primeiro semestre de 2026, o INPO e o Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC/MCTI) celebraram Acordo de Parceria para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I), estabelecendo uma cooperação estratégica para o desenvolvimento do projeto Representação Digital do Oceano Atlântico Sul.

O acordo integra a infraestrutura nacional de supercomputação do LNCC, incluindo o supercomputador Santos Dumont, com as competências do INPO em observação oceânica, integração de dados e modelagem ambiental, representando um marco para o desenvolvimento do Gêmeo Digital do Oceano. O projeto contempla o desenvolvimento de modelos numéricos de alta resolução, técnicas de inteligência artificial e assimilação de dados, permitindo a construção de representações digitais dinâmicas do Oceano Atlântico Sul para simulação, previsão e análise de processos oceanográficos e climáticos.

A iniciativa também reforça o papel do Instituto na implementação das ações da Década das Nações Unidas da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável. A parceria amplia a capacidade nacional em computação científica oceânica e permite ao INPO integrar dados observacionais e modelos em apoio à pesquisa científica, à formulação de políticas públicas e à gestão sustentável do ambiente marinho.

2.4.1.2 Cooperação entre o INPO e a Mercator Ocean International (MOI)

O Memorando de Entendimento (MoU) visa fortalecer a pesquisa oceanográfica, a previsão oceânica e o desenvolvimento de Sistemas Digitais do Oceano. A cooperação estabelece o intercâmbio de dados, conhecimentos e experiências em pesquisa e desenvolvimento, abrangendo áreas como oceanografia operacional, modelagem numérica, serviços de informação oceânica, Inteligência Artificial, Aprendizado de Máquina, Gêmeos Digitais do Oceano, assim como o projeto, o aprimoramento e a otimização de sistemas de observação oceânica. O MoU consolida a integração do

Brasil às principais iniciativas internacionais coordenadas pela MOI, como o *Copernicus Marine*, o EDITO e o *Ocean Prediction* DCC. Para garantir a efetividade da parceria, as instituições realizarão reuniões bilaterais semestrais, elaborarão relatórios conjuntos de acompanhamento e promoverão ações de capacitação, treinamentos e eventos científicos, fortalecendo as capacidades técnicas e a colaboração entre suas equipes.

2.4.1.3 Cooperação em Ciência e Tecnologia Marinhas com o Second Institute of Oceanography (SIO), Ministério de Recursos Naturais, República Popular da China

O Memorando de Entendimento (MoU) entre o INPO, do Brasil, e o *Second Institute of Oceanography*, do Ministério dos Recursos Naturais da China, tem como objetivo fortalecer a cooperação científica e tecnológica em ciências marinhas entre os dois países. O acordo prevê o desenvolvimento de pesquisas conjuntas, expedições oceanográficas, observações, intercâmbio de pesquisadores, capacitação de recursos humanos, compartilhamento de dados e resultados científicos, elaboração conjunta de projetos e submissão de ações à Década da Ciência Oceânica da ONU, com foco em áreas como pesquisa em mar profundo. O MoU terá vigência inicial de cinco anos, podendo ser renovado mediante acordo entre as partes.

2.4.1.4 Acordo de parceria com a OceanPact

Em março de 2026, o INPO firmou um Acordo de Parceria com a OceanPact Tech Ltda. para a montagem e operacionalização do Núcleo de Implantação do Centro de Instrumentação e Calibração Oceanográfica (CICO). O objetivo é estruturar uma infraestrutura nacional dedicada à calibração de sensores oceanográficos, inicialmente voltada para CTDs, assegurando rastreabilidade metrológica, padronização de procedimentos e preparação para certificação internacional. A parceria contempla o fornecimento de equipamentos, a capacitação de recursos humanos, o desenvolvimento de protocolos de calibração, a realização de intercalibrações e a definição de um modelo de governança para a futura operação do Centro, fortalecendo a infraestrutura científica e tecnológica do Brasil na área de observação oceânica.

2.4.2 Projetos submetidos

- "Diagnóstico de Conformidade com o Acordo de Subsídio de Pesca para as Pescarias Brasileiras", submetido à Organização Mundial do Comércio (OMC) em parceria com o Ministério de Pesca e Aquicultura (MPA).

  Situação: APROVADO e EM EXECUÇÃO.

- "Ecossistema Digital Integrado para Pesquisa, Inovação e Infraestrutura em Ciências Oceânicas no Brasil", submetido à Chamada CNPq/MCTI/FNDCT N° 12/2026 – Programa de Capacitação Institucional (PCI); Faixa 4: Projetos de Pesquisa vinculados a Organizações Sociais (OS) e Empresas Públicas.

  Situação: EM AVALIAÇÃO.

- "Centro de Biointeligência da Amazônia Azul (CBIAAz)", submetido à Chamada Pública MCTI/FINEP/FNDCT – Pesquisa Aplicada em Centros Temáticos 2025. A proposta é liderada pelo Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira (IEAPM) em parceria com o Centro de Hidrografia da Marinha (CHM), Instituto Oceanográfico da USP (IO-USP) e INPO.

  Situação: EM AVALIAÇÃO.

- "*Rio de Janeiro Coastal Urban Resilience Pilot Site*", submetido ao *Coast Predict Pilot Sites* 2026 da Década das Nações Unidas para a Ciência Oceânica, tem como objetivo desenvolver um Gêmeo Digital Costeiro para uma das regiões litorâneas urbanas mais complexas da América do Sul, integrando dados oceanográficos, meteorológicos, urbanos e socioeconômicos com modelos numéricos regionais para apoiar monitoramento e previsão, assim como a tomada de decisão. Com expansão prevista para a Baía de Sepetiba, a iniciativa utilizará a infraestrutura de governança climática da cidade do Rio de Janeiro (COR), a integração com o CEMADEN e a expertise do LAMCE/COPPE-UFRJ em modelagem ambiental, contribuindo para a redução dos riscos costeiros, a adaptação às mudanças climáticas, a proteção da infraestrutura urbana e a ampliação da resiliência da economia costeira, solicitada pelo SEBRAE por meio de uma abordagem baseada em ciência, dados e cenários prospectivos.

  Situação: EM AVALIAÇÃO.

- O *Pilot Site* Costa Verde – Serra da Bocaina (RJ–SP) proposto pela FIOCRUZ em parceria com INPO, CEMADEN, INPE, LAMCE/COPPE-UFRJ e BNDES, também submetido ao *Coast Predict Pilot Sites* 2026, propõe o desenvolvimento de um Gêmeo Digital Costeiro centrado nas comunidades tradicionais, integrando monitoramento comunitário, sistemas oficiais de alerta, cenários climáticos regionalizados e modelos de impactos cumulativos para fortalecer a gestão costeira, a redução de riscos de desastres e a adaptação às mudanças climáticas. A iniciativa apoia-se na experiência do OTSS, da Rede Marangatu e de seus laboratórios vivos de governança, incorporando conhecimentos tradicionais, cartografia social e protocolos de soberania de dados para enfrentar desafios como expansão da energia *offshore*, atividades nucleares e petrolíferas, turismo desordenado, erosão costeira e conflitos de uso no Planejamento Espacial Marinho. Ao adotar uma governança de dados baseada em *Biocultural Labels*, o projeto garante o protagonismo das comunidades na gestão de seus conhecimentos e territórios, promovendo uma abordagem ética, participativa e sustentável para o futuro da zona costeira.

  Situação: EM AVALIAÇÃO.

2.5 Eventos

2.5.1 Terceiro Simpósio sobre Biodiversidade Além da Jurisdição Nacional – BBNJ (*Biodiversity Beyond National Jurisdiction*)

O Terceiro Simpósio sobre Biodiversidade Além da Jurisdição Nacional - BBNJ (*Biodiversity Beyond National Jurisdiction*), realizado no Rio de Janeiro entre 10 e 12 de março de 2026 (**Figura 3**), teve como principal objetivo discutir o papel da ciência e dos diferentes sistemas de conhecimento na implementação do Acordo BBNJ, que entrou em vigor em janeiro de 2026. O encontro, organizado pelo INPO e Mara *Consultants*, reuniu especialistas, formuladores de políticas, representantes governamentais, organizações internacionais e comunidades tradicionais para debater como transformar os compromissos do tratado em mecanismos efetivos de governança para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade em áreas além da jurisdição nacional. O evento destacou que o sucesso do acordo dependerá da capacidade de converter conhecimento científico em instrumentos práticos de tomada de decisão, monitoramento, avaliação de impactos ambientais e gestão adaptativa dos oceanos.

Entre os principais resultados do simpósio, consolidou-se o entendimento de que a ciência deve ocupar posição central na execução do tratado, apoiada por sistemas interoperáveis de dados, pelo mecanismo de compartilhamento de informações (*Clearing-House Mechanism*) e por um robusto Órgão Científico e Técnico (STB). As discussões evidenciaram a necessidade de consolidar a interface ciência-política, ampliar o uso de novas tecnologias – como inteligência artificial, sensoriamento remoto, DNA ambiental (eDNA) e plataformas autônomas – e promover sistemas globais de observação da biodiversidade marinha. Também foi ressaltado que as grandes lacunas de dados sobre o oceano profundo e a distribuição desigual da capacidade científica entre países representam desafios significativos para a efetiva implementação do acordo.

Outro resultado importante foi o reconhecimento de que a adoção do acordo deve ser guiada por princípios de equidade, inclusão e cooperação internacional. Os participantes destacaram a necessidade de ampliar o acesso de países em desenvolvimento à tecnologia, financiamento, infraestrutura científica e capacitação institucional.



Figura 3. Participantes do Terceiro Simpósio sobre Biodiversidade Além da Jurisdição Nacional (BBNJ), ocorrido no Museu do Amanhã, Rio de Janeiro, entre 10 e 12 de março de 2026.

Houve consenso sobre a importância de integrar conhecimentos indígenas, tradicionais e locais aos processos decisórios, garantindo participação efetiva desses grupos na governança oceânica. Foram debatidos, ainda, mecanismos de repartição de benefícios associados aos recursos genéticos marinhos, formas de reduzir desigualdades históricas na produção científica e estratégias para fortalecer a coordenação entre os diversos instrumentos internacionais relacionados à biodiversidade, clima e pesca.

O encontro encerrou-se com um chamado à ratificação universal do Acordo BBNJ, enfatizando a urgência de avançar da fase de debates para a construção da arquitetura institucional necessária para preparar a primeira Conferência das Partes (COP), com vistas a investimentos contínuos em ciência, financiamento de longo prazo, fortalecimento da cooperação internacional e desenvolvimento de mecanismos adaptativos capazes de responder às mudanças climáticas e à dinâmica dos ecossistemas marinhos. O Brasil, ator estratégico nesse processo, deve trabalhar para o fortalecimento de redes científicas, a integração de dados oceânicos e o desenvolvimento de tecnologias acessíveis, de modo a manter o impulso político e científico de transformar conhecimento em ações concretas para a conservação do oceano global[4].

4 O relatório completo sobre o Simpósio (Anexo I) pode ser acessado em https://doi.org/10.5281/zenodo.20750255.

2.5.2 Fórum de Organizações Sociais Federais

A aproximação entre o INPO e as demais Organizações Sociais Federais de Ciência, Tecnologia e Inovação (OSFs) teve início em 2025, a partir da participação do Instituto nas atividades promovidas pelo Fórum das Organizações Sociais Federais (fOSF). No primeiro semestre de 2026, essa cooperação foi formalizada por meio da celebração de um Acordo de Cooperação Técnica, consolidando a integração do INPO ao Fórum, que reúne o Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM), o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAPII), o Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM), o Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA), o Instituto Santos Dumont (ISD) e a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP).

O acordo estabelece um ambiente permanente de atuação conjunta das instituições em temas estratégicos de gestão, governança e sustentabilidade das OSFs, promovendo o intercâmbio de conhecimentos, o compartilhamento de boas práticas e o desenvolvimento de iniciativas colaborativas. Assim, o Fórum consolidou-se como espaço de diálogo para construir posições institucionais convergentes e propostas de aperfeiçoamento do modelo das OSFs.

O Fórum promoveu discussões sobre desafios comuns das instituições com destaque para temas como sustentabilidade financeira, fortalecimento da reserva técnica, impactos dos ciclos de transição governamental sobre a continuidade dos Contratos de Gestão e aprimoramento da interlocução com os órgãos supervisores e de controle. Para o INPO, cuja qualificação como Organização Social é recente, a integração ao Fórum e às discussões desenvolvidas neste semestre representou uma oportunidade estratégica de acelerar seu processo de consolidação, por meio da troca de experiências com organizações que há décadas atuam nesse modelo.

Ao integrar essa rede de cooperação, o INPO amplia sua participação em discussões estratégicas sobre o futuro das Organizações Sociais Federais e reforça seu compromisso com a atuação junto à Administração Pública e com a geração de valor para a sociedade.

2.5.3 Blue One Health Dialogues: Bridging Ocean Science and One Health

Integrado ao *One Health Summit*[5], o evento "*Blue One Health Dialogues: Bridging Ocean Science and One Health*", realizado em formato on-line em 13 de maio de 2026, reuniu especialistas nacionais e internacionais para discutir a integração entre as ciências oceânicas e a abordagem Uma Só Saúde Azul. Organizado pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) em colaboração com o INPO, Universidade de São Paulo (USP), LAMCE/UFRJ, *AIR Centre* e *One Sustainable Health for All*, o encontro buscou evidenciar o papel dos oceanos, ambientes costeiros e sistemas aquáticos na promoção da saúde humana, animal e ambiental, aproximando conhecimento científico e formulação de políticas públicas.

A programação foi estruturada em seis sessões temáticas que abordaram diferentes dimensões da Uma Só Saúde Azul: os riscos ambientais associados aos sistemas aquáticos; os desafios científicos e tecnológicos relacionados à saúde dos oceanos; a sustentabilidade de ambientes marinhos e costeiros; a contribuição desta abordagem para enfrentar a tríplice crise planetária; a importância das observações oceânicas para o monitoramento da saúde ambiental e humana; e o papel da água, do solo, do ar e do bem-estar animal na promoção da saúde planetária. As discussões reuniram estudos de caso, iniciativas de monitoramento ambiental, experiências em governança, inovação tecnológica e integração de dados, destacando a necessidade de ações interdisciplinares e colaborativas para a prevenção de riscos, a segurança alimentar, a conservação dos ecossistemas e a resiliência das sociedades frente às mudanças ambientais.

A plenária "*Ocean observations as an integrative foundation for Blue One Health*" organizada pelo INPO e moderada por seu diretor de Pesquisa e Inovação, Dr. Andrei Polejack, destacou o papel estratégico das observações oceânicas como base integradora da abordagem Uma Só Saúde Azul, evidenciando como o monitoramento contínuo das condições do oceano e o acesso aberto aos dados oceanográficos contribuem para a prevenção de riscos à saúde humana e ambiental. Foram apresentados estudos de caso sobre florações de microalgas nocivas (Dra. Silvia Nascimento, UNIRIO), a influência da variabilidade climática na ocorrência

5 Ver mais https://oneplanetsummit.fr/en/one-health-festival-307

de doenças como a dengue (Dr. Moacyr Araújo, UFPE) e as perspectivas para a construção de um arcabouço brasileiro de *Blue One Health* fundamentado na integração de dados oceânicos, ambientais e de saúde (Dra. Priscila Lange, INPO), demonstrando que sistemas robustos de observação do oceano são essenciais para apoiar a segurança alimentar, a detecção precoce de ameaças ambientais, a preparação para surtos de doenças e a formulação de políticas públicas voltadas à proteção de ecossistemas marinhos e da sociedade[6].

2.5.4 Reunião Magna da Academia Brasileira de Ciências (ABC)

Em maio de 2026, o presidente do Conselho Científico do INPO, Luiz Drude de Lacerda, coordenou a programação da Reunião Magna da Academia Brasileira de Ciências (ABC), realizada no Museu do Amanhã, no Rio de Janeiro, com o tema "Oceano do amanhã: ciência para um planeta em equilíbrio". O evento reuniu especialistas nacionais e internacionais para discutir os impactos das mudanças climáticas, a governança do oceano, a inovação e o papel da ciência na promoção do desenvolvimento sustentável.

A participação institucional do INPO reforçou seu papel como articulador da ciência oceânica brasileira (**Figura 4**). O diretor-geral, Segen Estefen, apresentou uma palestra sobre o potencial da energia azul como vetor para a transição energética e a economia azul sustentável, destacando os avanços científicos e tecnológicos relacionados às energias renováveis marinhas. O diretor de Pesquisa e Inovação, Andrei Polejack, palestrou sobre diplomacia científica dos oceanos, enfatizando a importância da cooperação internacional e da interface entre ciência e políticas públicas para fortalecer a governança oceânica. A diretora de Infraestrutura e Operações, Janice Trotte-Duhá, atuou como moderadora em uma das mesas de discussão do evento sobre o uso sustentável do oceano no Antropoceno. A participação institucional do INPO reforçou seu papel como articulador da ciência oceânica brasileira, promovendo a integração entre pesquisa, inovação, formulação de políticas públicas e cooperação internacional.

6 Mais informações podem ser encontradas no site oficial do One Health Summit, em https://oneplanetsummit.fr/en/one-health-festival-309/blue-one-health-dialogues-bridging-ocean-science-and-one-health-436.





Figura 4. Registros da participação do INPO na Reunião Magna da Academia Brasileira de Ciências (ABC).

2.5.5 Workshop "Data to Decision: Towards a Digital Twin Ocean Platform for the South Atlantic"

O workshop "*Data to Decision: Towards a Digital Twin Ocean Platform for the South Atlantic*", realizado pelo INPO em parceria com a *Mercator Ocean International* no Rio de Janeiro em 4 de maio de 2026 (**Figura 5**)[7], reuniu especialistas para discutir modelos de governança, infraestrutura de dados e serviços digitais voltados à previsão oceânica e ao desenvolvimento de centros digitais do oceano.

As apresentações destacaram a evolução da Mercator como uma organização focada em pesquisa para uma provedora de serviços operacionais de dados oceânicos, baseada em arquitetura distribuída, interoperabilidade, dados abertos, governança robusta e planejamento de longo prazo. Foram apresentados exemplos de plataformas temáticas e *dashboards* desenvolvidos no âmbito do *Copernicus*, incluindo demonstrações de aplicações para pesca, aquicultura, energia eólica *offshore* e monitoramento ambiental, além da plataforma EDITO, que integra produtos operacionais e resultados de pesquisa para apoiar simulações e aplicações vol-

7 O evento teve transmissão ao vivo pelo canal do INPO no YouTube, acessível em https://www.youtube.com/live/kpxZd-4gwbQ.

tadas à tomada de decisão. O conceito de *Digital Ocean Centers* (DOC), apresentado no contexto do *OceanPrediction*, reforçou a importância de estruturas orientadas pelas necessidades da comunidade usuária, com processos contínuos de desenvolvimento, operação, validação e aprimoramento de produtos.

O workshop também abordou o levantamento de requisitos por diferentes setores usuários e identificou oportunidades de cooperação com potenciais parceiros, consolidando importantes subsídios para a construção de uma plataforma nacional de serviços digitais para o oceano. Esses diálogos contribuíram para alinhar interesses institucionais e identificar potenciais sinergias internacionais para o futuro desenvolvimento de uma proposta colaborativa voltada à implementação de uma infraestrutura nacional de dados oceânicos e, posteriormente, de um Gêmeo Digital do Oceano Atlântico Sul.



Figura 5. Registro do *workshop* "*Data to Decision: Towards a Digital Twin Ocean Platform for the South Atlantic*", realizado pelo INPO em parceria com a *Mercator Ocean International* no dia 4 de maio de 2026. Na imagem, Segen Estefen (INPO), Pierre Bahurel (Mercator), Ricardo Jaques Ferreira (Marinha do Brasil), Marysilvia Costa (COPPE), e Janice Trotte-Duhá (INPO).

2.5.6 IX Reunião Ministerial da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS)

Em abril de 2026, o INPO participou da IX Reunião Ministerial da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), realizada no Rio de Janeiro, apoiando a delegação brasileira na construção de iniciativas de cooperação científica regional. Como contribuição ao *Cluster Program 3 – International Regimes* da Estratégia de Cooperação do Rio de Janeiro, o INPO, em articulação com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), apresentou uma proposta preliminar para o desenvolvimento de um Diagnóstico Regional de Capacidades Científicas e Tecnológicas para a adoção do Acordo BBNJ (Tratado do Alto Mar).

A iniciativa foi incluída na compilação inicial de ações concretas apresentada pelo Brasil aos Estados-membros da ZOPACAS e propõe a construção de uma plataforma regional de diálogo, levantamento de capacidades e identificação de oportunidades de cooperação científica e tecnológicas. Atualmente em fase de detalhamento, a proposta busca avaliar o estado de prontidão dos países do Atlântico Sul para a implementação do BBNJ, fortalecendo a cooperação Sul-Sul e oferecendo subsídios técnicos para a futura implementação do Acordo e para a atuação coordenada da região nas negociações internacionais.

2.5.7 AAORIA Summer School – Working on Technologies for Oceanic and Subsea Environments: Autonomous Robotics and Artificial Intelligence (WTSUB 2026)

O INPO, em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e com a *All-Atlantic Ocean Research and Innovation Alliance* (AAORIA), organizou a escola de verão que aconteceu entre 9 e 11 de abril de 2026 no SENAI-CIMATEC, em Salvador-BA. O programa internacional reuniu 15 jovens pesquisadores de 10 países para focar em robótica autônoma e inteligência artificial aplicada aos oceanos **(Figura 6).**



Figura 6. Registro do evento "AAORIA Summer School – Working on Technologies for Oceanic and Subsea Environments: Autonomous Robotics and Artificial Intelligence (WTSUB 2026)", realizado pelo INPO, em parceria com o CNPq e a AAORIA, entre os dias 9 e 11 de abril de 2026, realizado no SENAI-CIMATEC, em Salvador–BA.

Em ato contínuo, o INPO fez parte do *All-Atlantic Intergenerational Hackathon* 2026, entre os dias 13 e 14 de abril de 2026, atuando na mentoria do tema "Mapeamento Digital para Observação Transatlântica", cujo desafio foi a melhoria na coleta e estruturação de dados oceânicos no Atlântico, tendo recebido o prêmio "*Pole to Pole*, para melhor demonstrar cooperação e colaboração transatlânticas". Além disso, participou do desafio ligado a "Tecnologias de baixo custo para observação oceânica", premiado com "Espírito de Equipe, pelo entusiasmo e energia que contagiaram toda a sala" e "*All-Atlantic Forum*, votado pelo público do Fórum AAORIA 2026" **(Figura 7)**.

Por fim, o INPO participou do Fórum AAORIA 2026, sediado pelo MCTI e pelo SENAI-CIMATEC, com o apoio da Ação de Coordenação e Apoio (CSA) da OKEANO, que ocorreu nos dias 15 e 16 abril de 2026, também em Salvador–BA.



Figura 7. Participantes do desafio "Mapeamento Digital para Observação Transatlântica", no qual o INPO atuou como instituição mentora durante o *All-Atlantic Intergenerational Hackathon* 2026, entre os dias 13 e 14 de abril de 2026, em Salvador–BA .

2.6 Disseminação (*Outreach*)

2.6.1 Trabalho com a imprensa: Resultados de Mídia

O trabalho de relacionamento com a imprensa ampliou significativamente a visibilidade do INPO no primeiro semestre de 2026. O Instituto conquistou ampla repercussão espontânea em veículos nacionais e especializados, com inserções em mídias de grande alcance e credibilidade, como TV Globo, Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, Valor Econômico, Um Só Planeta, Correio Braziliense e Metrópoles.

Os indicadores demonstram a posição do INPO como fonte qualificada para temas relacionados ao oceano, ao clima e ao monitoramento ambiental, conforme os dados apresentados na **Figura 8**.



Figura 8. Infográfico dos resultados de mídia, destacando 890 reportagens publicadas mencionando o INPO, R$ 59,2 milhões de valoração de mídia e 40 publicações em veículos premium.

2.6.2 *Newsletter*

O INPO lançou sua *newsletter* mensal, com envio para uma base qualificada de cerca de 600 contatos. Foram enviadas no semestre 8 *newsletters*, sendo 6 relativas aos meses equivalentes, 1 informando sobre a Década do Oceano e outra com uma reportagem especial de “Dois Anos do INPO”.

O desempenho esteve acima da média de mercado. A taxa média de abertura foi de 45,6%, superando os índices normalmente observados em campanhas institucionais, que variam entre 25% e 35%. O melhor resultado foi a campanha de divulgação das Oficinas Livres da Década do Oceano, que alcançou 56% de abertura.

2.6.3 Site Institucional do INPO

Conforme detalhado na **Figura 9**, o site obteve um crescimento de 69,23% na audiência no semestre em relação ao semestre anterior, atingindo um público de 22 mil usuários únicos no período. A busca orgânica consolidou-se como o principal canal de aquisição de audiência do INPO, refletindo uma estratégia de conteúdo que integra materiais de divulgação científica e notícias sobre temas de relevância nacional.

Enquanto as reportagens especializadas fortalecem a presença institucional do INPO em debates de grande repercussão, os conteúdos didáticos respondem às principais dúvidas pesquisadas no Google e ampliam o acesso da sociedade ao conhecimento sobre o oceano. Essa combinação amplia o alcance do site de forma orgânica, sem investimento em mídia paga, consolidando o INPO como referência nacional em informação qualificada sobre o oceano.



Figura 9. Gráfico de "Resumo dos relatórios" (*Google Analytics*), evidenciando a marca de 22 mil usuários ativos no período.

2.6.4 Resultado de Redes Sociais

O INPO registrou os seguintes resultados:

- **Instagram:** 3.200 seguidores, crescimento de 76,5% no semestre;
- **LinkedIn:** 2.944 seguidores, crescimento de 18,8%;
- **YouTube:** criado em novembro de 2025, o canal evoluiu de 10 seguidores no fim de 2025 para 140 seguidores no final de junho, com crescimento de 1.300% no semestre. Foram publicados 11 vídeos no período.

Estratégia de comunicação para divulgar Oficinas – contribuição para Plano Nacional para Década do Oceano.



Figura 10. Captura de tela da página inicial do site "O Brasil na Década do Oceano: Vozes para o Futuro", destacando o processo participativo.



Figura 11. Mapa interativo ("Oficinas pelo Brasil") apresentando as 65 oficinas distribuídas por 16 estados brasileiros.

As **Figuras 10 e 11** retratam os canais criados para o desenvolvimento e execução da estratégia de comunicação do processo participativo liderado pelo INPO para atualização do Plano Nacional de Implementação da Década da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável (2021–2030).

As entregas incluíram o desenvolvimento de *landing page* para inscrição nas oficinas, um *hotsite* para acompanhamento de todas as etapas do ciclo de oficinas "O Brasil na Década do Oceano: Vozes para o Futuro", produção de conteúdo para os portais

do INPO e da Década do Oceano e campanha de divulgação nas redes sociais. As ações ampliaram a mobilização dos públicos envolvidos e geraram publicações entre as de maior alcance nos canais institucionais durante os meses de junho e julho.

2.6.5 Eventos liderados pelo INPO com estratégias específicas de comunicação no primeiro semestre

Os eventos com estratégias específicas de comunicação — o III Simpósio BBNJ, o workshop "*Data to Decision*" e as Oficinas da Década do Oceano — estão detalhados nas Seções 2.5.1, 2.5.5 e 2.6.4, respectivamente.

2.7 Captação de Recursos

A diversificação das fontes de financiamento constitui uma diretriz estratégica do INPO, e, nesse sentido, o Instituto desenvolveu ao longo do primeiro semestre de 2026 ações de prospecção de oportunidades, submissão de propostas e consolidação de cooperações institucionais para complementar os recursos oriundos do Contrato de Gestão celebrado com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

As iniciativas conduzidas abrangeram a articulação com agências de fomento, organismos internacionais, empresas e instituições parceiras, contemplando projetos de pesquisa, desenvolvimento tecnológico, infraestrutura científica, e patrocínio a eventos institucionais. Entre os principais avanços do período, destacam-se o recebimento de recursos do Convênio nº 1183/2025 com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) para o aprimoramento da infraestrutura científica do Instituto, a implementação de projeto financiado pelo *AIR Centre* e a continuidade do projeto desenvolvido com a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), no âmbito do *WTO Fish Fund*. Além disso, o INPO fortaleceu sua estratégia de relacionamento institucional com parceiros públicos e privados, viabilizando o recebimento de patrocínios destinados ao apoio de eventos técnico-científicos e outras ações institucionais. Essa atuação evidencia a capacidade do Instituto de mobilizar diferentes atores em torno do desenvolvimento das ciências oceânicas.

Como resultado desses esforços, o INPO recebeu, até 30 de junho de 2026, **R$ 919.834,04** em recursos provenientes de fontes complementares ao Contrato de Gestão, compreendendo recursos de convênios, projetos de cooperação internacional e patrocínios institucionais. Esses ingressos reforçam a estratégia de diversificação das fontes de financiamento e contribuem para ampliar a sustentabilidade financeira do Instituto e sua capacidade de implementar projetos estratégicos.

As ações de prospecção e negociação permaneceram em desenvolvimento ao longo do semestre, mantendo um conjunto de oportunidades em diferentes estágios de maturação e reforçando a perspectiva de ampliação das receitas institucionais e do estabelecimento de novas parcerias estratégicas nos períodos subsequentes.

Tabela 2. Resultados de captação de recursos por indicadores

INDICADOR	RESULTADO NO 1º SEMESTRE DE 2026
Recursos recebidos de fontes complementares	R$ 919.834,04
Principais modalidades	Convênio FINEP, cooperação internacional e patrocínios
Objetivo estratégico	Diversificação das fontes de financiamento e fortalecimento institucional

2.8 Publicações

Gu, Y., Shittu, A. A., Shadman, M., & Estefen, S. F. (2026). A review of improved machine learning-based reliability analysis methods applied to floating renewable energy structures. Structures, 86, artigo 111463.

Guennes, M., Goulart, A. S., Salgueiro, F., Lange, P. K., Hoff, R. B., Futigami, L. S., Silva, R. A. F., Silva, A. S. X., Melo, P. A. M. C., Melo Júnior, M., & Nascimento, S. M. (2026). Bloom of Blixaea quinquecornis (Abé) Gottschling (Dinophyceae) with Chaetoceros tenuissimus Meunier in the South Atlantic: Morphology, molecular characterization, and toxins. Journal of Environmental Sciences, 167, 623–634. https://doi.org/10.1016/j.jes.2026.03.037

Instituto Nacional de Pesquisas Oceânicas. (2026). Diagnóstico nacional sobre o oceano: Ciclo 1: Bases de dados (A. Vaz & R. R. Oliveira, Eds.). INPO.

Machado, G. S., Shadman, M., Nikkhah, E., Giorgi, G., Levi, C., & Estefen, S. F. (2026). Hybrid floating wind-oscillating water column: A numerical analysis of the coupled performance using an aero--hydro-thermodynamic time-domain model. Energy Conversion and Management, 348, artigo 120699.

National Institute for Ocean Research, & Mara Consultants Ltd. (2026). BBNJ Symposium 2026: The role of science and knowledge in biodiversity beyond national jurisdiction: Report of the 3rd BBNJ Symposium (A. Vaz, P. Lange, A. Scofano, A. Polejack, M. Roberts, & C. Brown, Eds.). INPO; Mara Consultants Ltd. https://doi.org/10.5281/zenodo.20750255

Zhang, J., Shittu, A. A., Chujutalli, J. H., Amiri, M. M., Shadman, M., An, C., Levi, C., & Estefen, S. F. (2026). Reliability assessment for sub--structure of concrete floating offshore wind turbine platforms under ultimate limit state. Ocean Engineering, 343, artigo 123326.



3

GOVERNANÇA E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

3

GOVERNANÇA E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A organização e a estrutura de governança do INPO estão definidas em seu Estatuto Social e no Contrato de Gestão firmado com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Na condição de associação civil sem fins lucrativos qualificada como Organização Social, o Instituto possui uma estrutura de governança composta pelo Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Conselho Científico e Diretoria Executiva. Complementam essa estrutura a Rede de Pesquisa, Inovação e Infraestrutura (RPII), responsável por promover a articulação técnico-científica entre instituições parceiras, e a Comissão de Acompanhamento e Avaliação, instituída no âmbito do Contrato de Gestão para acompanhar e avaliar o desempenho institucional com base nas metas e indicadores pactuados com o MCTI.

3.1 Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o órgão máximo de orientação e deliberação do INPO. Sua composição assegura a participação de representantes do poder público, da sociedade civil e da comunidade científica. Entre suas competências estão a definição das diretrizes estratégicas, a aprovação do orçamento, dos planos e regulamentos institucionais, a fiscalização da gestão e a designação dos integrantes da Diretoria Executiva.

No primeiro semestre de 2026 foram realizadas duas reuniões do Conselho de Administração, que aprovou: as demonstrações financeiras e contábeis de 31 de dezembro de 2025; o Relatório

de Atividades e Execução do Contrato de Gestão de 2025; as demonstrações financeiras e contábeis e contas anuais de 2025; e termo aditivo do contrato de gestão de 2026.

3.2 Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal exerce a supervisão da gestão econômico-financeira do INPO, examinando demonstrações contábeis, registros e relatórios financeiros, além de emitir recomendações aos órgãos de governança. Sua atuação contribui para a transparência, a regularidade da aplicação dos recursos e o aprimoramento dos controles internos.

No primeiro semestre de 2026, o Conselho Fiscal reuniu-se em duas oportunidades, nas quais apreciou e aprovou o Relatório de Atividades de 2025 e, subsidiado pelo parecer favorável da auditoria externa independente, manifestou-se favoravelmente às demonstrações contábeis e às contas do INPO relativas ao exercício de 2025, recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração. O Conselho também acompanhou a execução orçamentária e financeira de 2026, analisou a documentação comprobatória das despesas, solicitou esclarecimentos à Administração e acompanhou as providências adotadas para atendimento às recomendações da auditoria externa, com vistas ao aprimoramento dos controles internos e da gestão administrativa, financeira e patrimonial do Instituto.

3.3 Conselho Científico

O Conselho Científico atua como órgão consultivo de natureza técnico-científica, acompanhando e orientando as atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação do Instituto. Compete ao colegiado emitir pareceres, propor diretrizes e comitês temáticos e eleger um de seus membros para representar o Conselho Científico no Conselho de Administração.

O INPO continua em contato com o Conselho Científico e está planejado o próximo encontro para o segundo semestre.

3.4 Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é responsável pela gestão institucional e pela implementação das diretrizes aprovadas pelo Conselho de Administração. Sua estrutura compreende a Diretoria-Geral e as Diretorias de Pesquisa e Inovação, de Infraestrutura e Operações e de Administração e Finanças, que atuam de forma integrada na execução dos planos, programas e projetos do INPO

No período, foram realizadas sete reuniões da Diretoria Executiva, constituindo importante espaço de coordenação, acompanhamento e tomada de decisão sobre temas estratégicos e operacionais do Instituto. As reuniões permitiram acompanhar o desenvolvimento das iniciativas institucionais, definir prioridades e responsabilidades e promover a articulação entre as diferentes áreas do INPO.

Entre os principais temas tratados estiveram o planejamento e o acompanhamento de projetos estratégicos; a estruturação e o fortalecimento da Rede de Pesquisa, Inovação e Infraestrutura (RPII); o desenvolvimento do Centro de Instrumentação Oceânica; iniciativas relacionadas à infraestrutura de pesquisa e de dados; a preparação e participação do INPO em eventos científicos; e o estabelecimento de parcerias e instrumentos de cooperação com instituições nacionais e internacionais.

A Diretoria também acompanhou temas relacionados ao fortalecimento da gestão e da governança institucional, incluindo a atualização do planejamento estratégico, o Código de Ética, procedimentos administrativos e de gestão de pessoas, além da organização e do acompanhamento das atividades necessárias ao cumprimento das metas institucionais.

A realização periódica dessas reuniões contribuiu para assegurar maior integração entre as Diretorias, dar celeridade aos encaminhamentos e manter as ações administrativas, científicas e de infraestrutura alinhadas às prioridades estratégicas do INPO.

3.5 Rede de Pesquisa, Inovação e Infraestrutura

As atividades técnico-científicas do INPO são apoiadas pela Rede de Pesquisa, Inovação e Infraestrutura (RPII), composta por instituições de pesquisa e ensino, sociedades técnico-científicas, empresas e especialistas. No primeiro semestre de 2026, a formalização do Comitê Gestor da RPII fortaleceu a participação da comunidade científica na identificação de prioridades, oportunidades de financiamento e ações de cooperação.

3.6 Supervisão e prestação de contas

O INPO está submetido à supervisão do MCTI por meio do Contrato de Gestão, cujas metas e indicadores são acompanhados por Comissão de Acompanhamento e Avaliação. O Instituto mantém, ainda, auditoria externa independente e mecanismos internos de planejamento, controle e prestação de contas, reforçando a transparência e a responsabilidade na aplicação dos recursos públicos.

Como resultado relevante do período, em maio de 2026 foi divulgado o resultado da avaliação referente ao exercício de 2025, na qual o INPO obteve nota máxima (10,0) pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação. O resultado evidencia o elevado grau de cumprimento das metas e indicadores pactuados com o MCTI e constitui importante reconhecimento da efetividade dos mecanismos de governança, gestão, acompanhamento e prestação de contas adotados pelo Instituto.



4 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

4

GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

No primeiro semestre de 2026, o INPO avançou em três frentes de controle interno: a estruturação de procedimentos administrativos e fluxos de controle, o desenvolvimento da Intranet Institucional e a elaboração do Código de Ética. Foram aprimorados os mecanismos de acompanhamento da execução orçamentária e contratual, a formalização das despesas, a segregação de funções e a rastreabilidade dos atos de gestão. A Intranet Institucional é um ambiente destinado à organização, preservação e disseminação do conhecimento institucional. Em continuidade ao trabalho iniciado ao final de 2025, foram realizados testes de funcionamento, revisão dos conteúdos, validação das permissões de acesso e consolidação da estrutura documental, de modo a preparar o ambiente para disponibilização aos empregados. A Intranet reúne, de forma estruturada, documentos institucionais, normas, procedimentos administrativos, fluxos de trabalho, modelos de formulários, materiais de comunicação, indicadores institucionais, organogramas, documentos de governança e demais instrumentos de apoio às atividades do Instituto. Subsequentemente ao período de referência, foi criada, em julho de 2026, uma área separada no Google Drive para hospedagem da Intranet, conforme definição da área de Tecnologia da Informação, por proporcionar maior segurança da informação, gerenciamento centralizado de permissões, rotinas de backup e melhor aderência à infraestrutura tecnológica do INPO.

O INPO contou com assessoramento técnico especializado, incluindo consultoria com experiência em Organizações Sociais, apoiando na observância das normas aplicáveis ao modelo de gestão, no planejamento orçamentário e na mitigação de passivos trabalhistas e financeiros. Entre as ações desenvolvidas, des-

tacam-se a análise preventiva dos custos de pessoal e encargos e a constituição de reservas orçamentárias para contingências, bem como o planejamento integrado das despesas de pessoal, custeio e investimentos por centros de custo e projetos, assegurando maior previsibilidade na execução do orçamento.

O Instituto contou também com serviços terceirizados contínuos nas áreas contábil e jurídica, que prestaram suporte permanente à Diretoria de Administração e Finanças, assegurando conformidade legal, adequada prestação de contas, prevenção de riscos contratuais e trabalhistas e maior segurança nos processos decisórios.

Foi elaborada a minuta do Código de Ética, aplicável à instituição e a todos que atuem em seu nome, incluindo membros de conselhos, dirigentes, empregados, estagiários e prestadores de serviço, a ser ainda aprovada pelo Conselho de Administração. O documento estabelece diretrizes relacionadas à gestão financeira, prevenção e tratamento de conflitos de interesse, integridade, luta anticorrupção e compliance, além de prever mecanismos de manutenção, como transparência institucional, canal de ouvidoria e denúncias e ações de capacitação. O Código propõe, ainda, a instituição de Comissão de Ética, com competências para receber comunicações e denúncias, realizar triagem e apuração preliminar, instaurar procedimento ético-disciplinar quando cabível e emitir recomendações aos órgãos superiores.

O INPO mantém a realização de auditoria externa anual das demonstrações contábeis e financeiras, conduzida por empresa especializada, com foco na avaliação da fidedignidade dos registros e na robustez do ambiente de controles internos, contribuindo para a mitigação de riscos e o aprimoramento contínuo da gestão.



5 RESULTADOS DA GESTÃO: METAS E INDICADORES

5

RESULTADOS DA GESTÃO: METAS E INDICADORES

Em consonância com os objetivos institucionais apresentados no capítulo 2 e as diretrizes estabelecidas no Plano Diretor 2024–2028, os resultados da gestão do Instituto Nacional de Pesquisas Oceânicas (INPO) no primeiro semestre de 2026 refletem o cumprimento das metas pactuadas no Contrato de Gestão celebrado com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

A partir de 2026, com a celebração do 3º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão, o quadro de indicadores e metas de desempenho do INPO passou por atualizações. A seguir, os resultados alcançados neste semestre são apresentados e agrupados segundo os macroprocessos da organização. O aprofundamento das atividades finalísticas e operacionais que subsidiam estes indicadores encontra-se descrito na Seção 2 deste relatório.

O quadro de metas e indicadores para o ano de 2026, agrupados de acordo com os macroprocessos estabelecidos no Contrato de Gestão do INPO, é apresentado na Tabela 3 a seguir. As metas já cumpridas até junho de 2026 estão destacadas em verde, enquanto as metas que não se aplicam ao ano de 2026 estão destacadas em azul. Os documentos e as evidências comprobatórias referentes a cada meta já cumprida encontram-se anexos a este relatório. Detalhes sobre as entregas são apresentados na sequência.

Tabela 3. Quadro de metas e indicadores a serem contemplados pelo INPO no ano de 2026.[8]

Metas que não se aplicam para 2026 | Metas já cumpridas até junho de 2026 | Metas que ainda não foram cumpridas

MACROPROCESSO	N.	ID-CG	INDICADOR	QUALIFICAÇÃO	META 2026	ENTREGAS 2026
2. Ampliação da Base de Conhecimento dos Oceanos	1	4	Pesquisa de Opinião sobre a atuação do INPO em termos de relevância, integridade, interface com conhecimento nacional, engajamento com os pesquisadores e atualidade das informações	Efetividade	Não se aplica	Não se aplica
	2	5	Número de publicações técnico científicas em periódicos internacionais por ano	Eficiência	2 (dois)	4
	3	6	Número de subsídios técnicos publicados para tomadores de decisão por ano	Efetividade	1 (um)	0
3. Infraestrutura Laboratorial e Embarcada	4	7	Recursos executados em modernização da infraestrutura nacional, laboratorial e embarcada	Eficiência	10% do orçamento anual do CG	Previsão de 10% (compra em andamento)
4. Programas de Inovação	5	8	Número de parceiros privados distintos em projetos e iniciativas para inovação com o setor privado por ano.	Efetividade	1 (um)	1 OceanPact Tech Ltda.
5. Informação e Difusão do Conhecimento	6	NOVO	Quantidade de acesso do público nas redes sociais e site por ano	Eficácia	18.000	22.000 acessos únicos no site institucional e 97.277 contas únicas alcançadas no Instagram
	7	10	Atualização do Plano de Trabalho para o dimensionamento do Sistema de Infraestrutura de Dados Costeiros e Oceânicos	Eficiência	Plano de Trabalho Atualizado	1 Plano de trabalho atualizado
	8	NOVO	Execução do Plano de Trabalho para o dimensionamento do Sistema de Infraestrutura de Dados Costeiros e Oceânicos	Eficiência	1 (um) protótipo do copiloto de análise inteligente de dados integrado ao SADD	1 Protótipo do copiloto desenvolvido

Continua ->

8 Referência de atualização: Relatório de Avaliação da Comissão de Acompanhamento e Avaliação - Janeiro a Dezembro de 2025 de 15 de maio de 2026.

MACROPROCESSO	N.	ID-CG	INDICADOR	QUALIFICAÇÃO	META 2026	ENTREGAS 2026
6. Integração de Ações Institucionais	9	11	Número de instrumentos de parceria com instituições de PD&I, órgãos governamentais, iniciativa privada e o terceiro setor, nacionais e internacionais, firmados por ano	Eficiência	Não se aplica	3 LNCC, SIO - China, OceanPact Tech Ltda.
	10	NOVO	Número de instrumentos de parcerias do portfólio em execução durante o ano	Eficiência	1 (um)	2 LNCC MOI
7. Captação de Recursos	11	12	Percentual de captação de recursos em relação ao orçamento anual do Contrato de Gestão	Efetividade	25%	9,8%
8. Gestão de Riscos e Prevenção	12	13	Número de instrumentos de parceria firmados por ano com instituições para prevenção, mitigação e remediação de acidentes ambientais	Eficiência	Não se aplica	Não se aplica
	13	NOVO	Número de instrumentos de parceria em execução por ano com instituições para prevenção, mitigação e remediação de acidentes ambientais	Eficiência	1 (um)	1 MOI

N. = novo número do indicador a partir deste 3° termo aditivo
ID-CG = número original do indicador no contrato de gestão ou "NOVO" para novo indicador
CG=Contrato de Gestão firmado com o MCTI

Macroprocesso 2: Ampliação da Base de Conhecimento dos Oceanos

Indicador 1 (Pesquisa de Opinião): A periodicidade da realização de pesquisa de opinião é de dois anos. Como o último relatório foi produzido em 2025, a meta não se aplica ao exercício de 2026, estando a próxima pesquisa prevista para 2027.

Indicador 2 (Publicações técnico-científicas em periódicos internacionais): A meta anual de 2 (duas) publicações já foi amplamente superada neste primeiro semestre, com a entrega de 6 publicações, conforme listado detalhadamente na Seção 2.8.

Indicador 3 (Subsídios técnicos para tomadores de decisão): A meta anual é de 1 (um) subsídio publicado. Até o encerramento deste semestre, a entrega encontrava-se em elaboração (0 publicações concluídas).

Macroprocesso 3: Infraestrutura Laboratorial e Embarcada

Indicador 4 (Recursos executados em modernização da infraestrutura): A meta estabelecida para o indicador prevê a execução, ao longo do exercício, de recursos equivalentes a pelo menos 10% do orçamento anual do Contrato de Gestão em ações de modernização da infraestrutura e dos laboratórios do INPO.

No período, avançou significativamente o processo de aquisição e importação dos equipamentos destinados à implantação do Centro de Instrumentação Oceânica (iOCEANO), encontrando-se a contratação internacional em fase final de formalização. Como etapa relevante para a viabilização da operação, o INPO obteve o deferimento, pelo CNPq, do Licenciamento, Permissões, Certificados e Outros Documentos (LPCO) referente à importação sujeita à cota do CNPq, permitindo que a aquisição dos equipamentos científicos seja realizada no âmbito do regime aplicável às Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação – ICTs.

A contratação possui valor total de USD 375.060,00, dos quais USD 341.925,00 correspondem aos equipamentos e USD 33.135,00 aos serviços associados de instalação, treinamento e calibração. A condição de pagamento negociada prevê o desembolso de 50% do valor da contratação na formalização do pedido e os 50% restantes antes do embarque.

Dessa forma, a primeira parcela a ser executada corresponde a USD 187.530,00. Considerando a cotação de fechamento PTAX do Banco Central do Brasil de 11/08/2026, de R$ 5,1285 por US$ 1,00, esse desembolso representa aproximadamente R$ 961.748,00.

Considerando o orçamento de R$ 9.347.767,00 previsto para 2026 no Contrato de Gestão, a execução dessa primeira parcela corresponde, isoladamente, a aproximadamente 10,3% do orçamento anual, percentual suficiente para o atingimento da meta estabelecida para o Indicador 4.

Cálculo:

(Recursos em execução na modernização da infraestrutura) ÷ (Orçamento anual do Contrato de Gestão) x 100 = R$ 961.748,00 ÷ R$ 9.347.767,00 x 100 = 10,3%.

Assim, considerando que o processo de contratação se encontra em fase final de formalização e que o deferimento da cota de importação pelo CNPq já foi obtido, o Indicador 4 encontra-se em vias de atendimento, com previsão de superação da meta de 10% tão logo seja efetivado o pagamento da primeira parcela da aquisição.

Macroprocesso 4: Programas de Inovação

Indicador 5 (Parceiros privados distintos em projetos para inovação): A meta de 1 (um) parceiro no ano foi alcançada por meio do Acordo de Parceria firmado com a *OceanPact Tech* Ltda. para a montagem e operacionalização do Núcleo de Implantação do Centro de Instrumentação e Calibração Oceanográfica (CICO)[9].

Macroprocesso 5: Informação e Difusão do Conhecimento

Indicador 6 (Acesso do público nas redes sociais e site): A meta anual é de 18.000 acessos do público nas redes sociais e site por ano

9 Conforme detalhado na Seção 2.4 (detalhes sobre o acordo em 2.4.1.4)

Usuários únicos no site: www.inpo.org.br teve um volume de acessos únicos de 22 mil no primeiro semestre

Usuários únicos é a métrica que estima o número de pessoas diferentes que acessaram o site em um determinado período. Cada visitante é contabilizado apenas uma vez, independentemente de quantas vezes retorne ou de quantas páginas visualize durante esse intervalo. Esse indicador é importante para avaliar o alcance real do site e sua capacidade de atrair público, complementando métricas como visualizações de páginas e número de sessões.

Alcance nas redes sociais: 97.277 contas alcançadas no Instagram @inpo.oceanos de janeiro a junho de 2026

Alcance nas redes sociais é a métrica que indica o número de pessoas únicas que visualizaram um conteúdo publicado em uma ou mais plataformas sociais durante um determinado período. Diferentemente das impressões, que contabilizam todas as exibições, o alcance considera cada usuário apenas uma vez, permitindo avaliar a extensão da audiência efetivamente impactada pelas publicações e a capacidade dos canais de ampliar a visibilidade institucional.

A meta anual é de 18.000 acessos. Os dados quantitativos de alcance e engajamento encontram-se consolidados e detalhados na Seção 2.6 (Disseminação).

Indicador 7 (Atualização do Plano de Trabalho do Sistema de Infraestrutura de Dados - SADD): A meta foi cumprida, com a entrega de 1 (um) Plano de Trabalho atualizado no âmbito das ações relacionadas ao desenvolvimento do Sistema de Armazenamento e Disponibilização de Dados (SADD) descritas na Seção 2.1.3.

Indicador 8 (Execução do Plano de Trabalho do SADD): A meta de entrega de 1 (um) protótipo do copiloto de análise inteligente de dados integrado ao SADD foi alcançada, marcando a conclusão e implementação da Fase 2 do sistema (detalhes na Seção 2.1.3)

Macroprocesso 6: Integração de Ações Institucionais

Indicador 9 (Instrumentos de parceria firmados por ano): Embora a meta pactuada estipule a assinatura de 1 (um) novo instrumento a cada 2 anos (sendo formalmente 'Não se aplica' para a meta mínima contabilizável de 2026), o INPO demonstrou forte proatividade e superou as expectativas ao firmar novos e importantes acordos neste primeiro semestre. Foram celebradas parcerias estratégicas com o Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC), com o *Second Institute of Oceanography* (SIO- China) e com a *OceanPact Tech* Ltda. O detalhamento destas parcerias recentes encontra-se na Seção 2.4 deste relatório.

Indicador 10 (Instrumentos de parcerias do portfólio em execução durante o ano): A meta de 1 (um) instrumento em execução foi amplamente superada, considerando os diversos acordos estruturantes em andamento relatados na Seção 2.4, tais como as cooperações com o LNCC, MOI e SIO.

Macroprocesso 7: Captação de Recursos

Indicador 11 (Percentual de captação de recursos em relação ao orçamento anual do CG): A meta estipula captação equivalente a 25% do orçamento. No primeiro semestre, o INPO demonstrou um esforço expressivo de diversificação de suas fontes, registrando o ingresso de R$ 919.834,04 provenientes de fontes complementares (convênios FINEP, cooperação internacional e patrocínios institucionais), conforme demonstrado na Seção 2.7, o que já representa 9,8% conforme cálculo a seguir.

Cálculo:

O orçamento anual para 2026 do Contrato de Gestão é R$ 9.347.767, logo o percentual de captação de recursos em relação ao orçamento anual do CG é (Recursos captados e recebidos de outras fontes no ano) ÷ (Orçamento anual repassados do CG original) x 100 = R$ 919.834,04 ÷ R$ 9.347.767 x 100 = 9,8%.

Macroprocesso 8: Gestão de Riscos e Prevenção

Indicador 12 (Instrumentos de parceria firmados para prevenção e mitigação de acidentes): Como a meta é uma vez a cada 2 anos e o Instituto já a havia cumprido antecipadamente em 2025, a assinatura de um novo instrumento não se faz necessária em 2026.

Indicador 13 (Instrumentos de parceria em execução no tema): A meta anual de 1 (um) instrumento em execução foi atendida. Destaca-se a cooperação internacional ativa relatada na Seção 2.4, por meio do acordo com a *Mercator Ocean International (MOI)*, com foco direto na previsão oceânica e no desenvolvimento de Gêmeos Digitais.



6

GESTÃO FINANCEIRA

6 GESTÃO FINANCEIRA

6.1 Resumo Executivo

O INPO conduziu sua gestão financeira no primeiro semestre de 2026 em conformidade com as diretrizes estabelecidas no Contrato de Gestão firmado com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), observando os princípios da legalidade, economicidade, eficiência, transparência e sustentabilidade financeira.

O período foi marcado pela consolidação da estrutura operacional do Instituto, refletida na ampliação planejada da execução orçamentária, na continuidade da implementação dos projetos estruturantes previstos no Plano Diretor e na manutenção do equilíbrio financeiro da instituição.

O INPO manteve uma política conservadora de aplicações financeiras, com recursos alocados em fundos de renda fixa de baixo risco, compostos predominantemente por títulos públicos federais. No período, as aplicações geraram R$ 1.077.781,72 em rendimentos, contribuindo para a preservação dos recursos e da capacidade financeira necessária à execução das ações institucionais. Adicionalmente, a captação de R$ 919.834,04 em recursos provenientes de fontes complementares reforçou a estratégia de diversificação das fontes de financiamento do Instituto.

O segundo semestre deverá concentrar movimentos financeiros relevantes para a execução do exercício, entre os quais o ingresso do aporte anual previsto no Contrato de Gestão, o início da importação dos equipamentos destinados ao iOCEANO e a expectativa de ingresso dos recursos do projeto Energia Azul, aprovado pela FINEP e atualmente em fase de pagamento. Esses movimentos, associados à continuidade da execução das despesas operacionais e dos projetos estruturantes, deverão contribuir para o atingimento da meta anual de execução de 25% do orçamento.

6.2 Descrição das Ações Realizadas

O Contrato de Gestão celebrado entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e o Instituto Nacional de Pesquisas Oceânicas (INPO) prevê um orçamento global de R$ 60.000.000,00 distribuído ao longo de sua vigência por meio de desembolsos anuais de R$ 10.000.000,00 destinados à execução das ações previstas no Plano Diretor do Instituto.

A alocação dos recursos do Contrato de Gestão está estruturada nas seguintes naturezas de despesa:

- Pessoal – remuneração, encargos sociais e benefícios dos colaboradores;
- Custeio – contratação de serviços, aquisição de materiais e insumos, realização de viagens nacionais e internacionais e demais despesas necessárias ao funcionamento institucional;
- Investimentos – atualização e adequação das instalações laboratoriais, bem como aquisição de equipamentos e infraestrutura estratégica para o desenvolvimento das atividades do INPO.

O planejamento financeiro de 2026 foi estruturado a partir de duas fontes complementares de recursos. A primeira corresponde ao aporte anual previsto no Contrato de Gestão, destinado à manutenção das atividades operacionais do Instituto. A segunda decorre da reprogramação dos saldos financeiros de exercícios anteriores, aprovada pelo MCTI por meio dos Termos Aditivos ao Contrato de Gestão, mecanismo que assegura a continuidade da execução dos projetos institucionais e a permanência desses recursos na Organização Social para aplicação nos exercícios subsequentes.

A reprogramação de saldos não representa baixa execução orçamentária, mas constitui mecanismo de governança próprio do modelo de Organização Social, que permite a continuidade de projetos plurianuais mediante aprovação do MCTI. Com base nessa estrutura, o Conselho de Administração aprovou a proposta orçamentária para 2026, destinando os recursos reprogramados prioritariamente aos projetos estruturantes previstos no Plano Diretor do INPO, enquanto o orçamento anual permaneceu direcionado às atividades operacionais da instituição.

6.3 Fluxo de Caixa

Não houve ingresso de novos recursos provenientes do Contrato de Gestão no primeiro semestre de 2026, uma vez que o desembolso anual previsto para o exercício ocorre no segundo semestre. As entradas de caixa do período decorreram, principalmente, dos rendimentos das aplicações financeiras dos recursos já disponíveis e da captação de recursos provenientes de outras fontes. O INPO encerrou o semestre com saldo de R$ 14.194.222,65, resultado de um saldo inicial de R$ 18.461.029,53, entradas de R$ 1.077.781,72 em rendimentos financeiros e R$ 919.834,04 referentes aos recursos captados de outras fontes, e saídas totais de R$ 5.344.588,60.

A síntese da movimentação financeira do primeiro semestre de 2026 e da destinação dos recursos executados no âmbito do Contrato de Gestão está apresentada na Tabela 4.

Tabela 4. Fluxo de Caixa Resumido do Contrato de Gestão

EXECUÇÃO FINANCEIRA DO CONTRATO DE GESTÃO MCTI/INPO	
Fluxo de Caixa Resumido em 30/06/2026 (valores em R$)	
Saldo Inicial – 31/12/2025	18.461.029,53
Entradas	
Recursos do Contrato de Gestão	0,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	1.077.781,72
Total Entradas	1.077.781,72
Saídas	
Despesas Gerais e Administrativas	1.015.415,56
Despesas com Pessoal e Encargos	2.575.143,08
Despesas Operacionais	135.471,79
Serviços Técnicos Especializados	1.039.816,81
Despesas Tributárias	183.867,79
Eventos e Promoções	373.650,45
Despesas Financeiras	1.930,12
Aquisição Imobilizado	19.293,00
Total Saídas	5.344.588,60
Saldo Financeiro	**14.194.222,65**

6.4 Rendimentos das Aplicações Financeiras

Os recursos do Contrato de Gestão permaneceram aplicados nos fundos BB Renda Fixa Simples Ágil e BB Renda Fixa LP Tesouro Selic, ambos classificados como fundos de renda fixa de baixo risco, com carteiras compostas predominantemente por títulos públicos federais e outros ativos de elevada liquidez. Essa estratégia está alinhada à política de gestão financeira adotada pelo INPO, que prioriza a segurança, a liquidez e a preservação do valor dos recursos públicos.

No período, os fundos apresentaram rentabilidade aproximada de 5,87% e 6,73%, respectivamente, mantendo desempenho consistente e compatível com as condições de mercado. Os rendimentos financeiros auferidos no primeiro semestre de 2026 totalizaram R$ 1.077.781,72 (um milhão, setenta e sete mil, setecentos e oitenta e um reais e setenta e dois centavos).

Considerando o período compreendido entre o início da execução do Contrato de Gestão, em 2023, e junho de 2026, os rendimentos acumulados das aplicações financeiras alcançaram R$ 3.294.880,21 (três milhões, duzentos e noventa e quatro mil, oitocentos e oitenta reais e vinte e um centavos). Contribuiu-se, assim, para a preservação da capacidade financeira do Instituto e para a continuidade da execução das ações previstas no Contrato de Gestão.

Os resultados das aplicações financeiras estão apresentados na Tabela 5.

Tabela 5. Rendimentos das Aplicações Financeiras.

RENDIMENTO DA APLICAÇÃO FINANCEIRA						
Reserva Técnica	2023	2024	2025	1º Trimestre 2026	2º Trimestre 2026	**Total**
Valor Acumulado	117.370,00	852.366,00	1.750.630,39	574.513,82	503.267,90	**3.294.880,21**

6.5 Recursos provenientes de outras fontes

O INPO registrou R$ 919.834,04 em recursos provenientes de outras fontes no primeiro semestre de 2026, equivalentes a 9,8% da meta anual de captação de 25% do orçamento do Contrato de Gestão. Os recursos foram compostos por repasses da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), recursos do Fish Fund no âmbito da cooperação com a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), recursos do AIR Centre vinculados ao ECOP e patrocínios destinados à realização do III Simpósio Brasileiro sobre o Tratado BBNJ.

O principal ingresso do período foi o repasse do Convênio FINEP nº 1183/2025, de R$ 570.957,79, que representou 62% do total captado no semestre. Os patrocínios institucionais somaram R$ 223.843,87, com participação de parceiros como Fundação Marviva, Wise Brasil, CSL Brasil, OceanPact, Sonardyne e Fundação Tara Ocean. O AIR Centre contribuiu com R$ 125.032,38 vinculados ao ECOP. A composição detalhada dessas receitas está apresentada na Tabela 5 – Recursos Provenientes de Outras Fontes.

Esses recursos complementam o financiamento das atividades institucionais, ampliando a capacidade de execução de projetos estratégicos e fortalecendo a sustentabilidade financeira do Instituto.

Tabela 6. Recursos Provenientes de Outras Fontes

RECURSOS FINANCEIROS - OUTRAS FONTES			
DATA	**REMETENTE**	**ORIGEM**	**VALOR**
15/01/2026	CSL Brasil	Patrocínio	17.000,00
23/01/2026	Fundação Grupo Boticário de Proteção a Natureza	Patrocínio	30.000,00
06/02/2026	Associação Rare do Brasil	Patrocínio	11.000,00
12/02/2026	Fundação Marviva	Patrocínio	15.000,00
20/02/2026	Sonardyne	Patrocínio	10.000,00
04/03/2026	Stichting High Sales Alliance	Patrocínio	12.853,17
23/03/2026	Associação Rare do Brasil	Patrocínio	44.245,70
26/05/2026	Fish Fund - WTO World Trade Organization	Convenio 101343018	125.032,38
25/06/2026	Mara Consultants Ltd	Patrocínio	83.745,00
05/06/2026	Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP	Convenio 1183/25	570.957,79
TOTAL			**919.834,04**

6.6 Execução das Despesas

Para fins de acompanhamento da execução orçamentária, o INPO adota duas perspectivas complementares, refletindo a estratégia financeira aprovada pelo Conselho de Administração para o exercício de 2026.

A primeira considera o orçamento anual de R$ 10 milhões previsto no Contrato de Gestão, destinado à manutenção da estrutura permanente do Instituto e à execução de suas atividades institucionais, abrangendo despesas com pessoal, custeio e investimentos necessários ao funcionamento regular do INPO.

A segunda perspectiva, com orçamento ampliado, incorpora ao orçamento anual os recursos provenientes da reprogramação de saldos de exercícios anteriores. Conforme aprovado pelo Conselho de Administração, esses recursos possuem papel estratégico no planejamento financeiro do Instituto e são destinados à implementação dos projetos estruturantes previstos no Plano Diretor, incluindo a Infraestrutura de Dados e a Instrumentação Oceanográfica.

Essa metodologia permite acompanhar, de forma complementar, tanto a execução da estrutura permanente e das atividades regulares do Instituto quanto a aplicação dos recursos acumulados na implantação de capacidades científicas e tecnológicas de caráter estruturante. Dessa forma, a análise da execução financeira deve considerar as diferentes finalidades e os distintos cronogramas de realização dessas despesas, especialmente no caso dos projetos estruturantes, cuja implementação envolve contratações, acordos de parceria, aquisição e importação de equipamentos e outras etapas que podem se estender por mais de um exercício financeiro.

Considerando que o repasse anual dos recursos do Contrato de Gestão ocorre no segundo semestre, o INPO utiliza, temporariamente, parte das disponibilidades financeiras provenientes de saldos reprogramados de exercícios anteriores para assegurar o fluxo de caixa necessário ao pagamento das despesas regulares nos primeiros meses do exercício. Essa utilização possui caráter transitório e decorre do intervalo entre o início do exercício financeiro e a formalização do Termo Aditivo ao Contrato de Gestão e o consequente ingresso do aporte anual.

Após o recebimento do aporte, os valores utilizados temporariamente para custear as despesas regulares são recompostos, restabelecendo-se a disponibilidade dos recursos reprogramados para sua destinação planejada, especialmente a execução dos projetos estruturantes. Dessa forma, esse mecanismo não altera a finalidade dos recursos reprogramados, constituindo instrumento de gestão do fluxo de caixa que assegura a continuidade das atividades do Instituto ao longo do exercício.

No primeiro semestre de 2026, no âmbito dos recursos destinados aos projetos estruturantes, foi realizada a aplicação de **R$ 947.693,88**, referente ao Acordo de Parceria celebrado entre o INPO e a COPPE/UFRJ para o desenvolvimento do **Sistema de Armazenamento e Disponibilização de Dados (SADD)**, componente estratégico da Infraestrutura de Dados. O valor correspondeu ao principal desembolso realizado no período no âmbito dos projetos estruturantes.

Paralelamente, o INPO avançou nas etapas preparatórias para a aquisição dos equipamentos destinados ao projeto de **Instrumentação Oceanográfica (iOCEANO)**. Durante o período, o Instituto obteve junto ao **CNPq a habilitação para importação de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica com os benefícios fiscais aplicáveis**, medida relevante para conferir maior eficiência econômica à aquisição dos equipamentos e otimizar a utilização dos recursos destinados ao projeto.

Com a conclusão dessa etapa, o **segundo semestre de 2026 deverá concentrar parcela relevante da execução financeira dos projetos estruturantes**, especialmente com o avanço do processo de aquisição e importação dos equipamentos do iOCEANO. Dessa forma, a execução relativamente reduzida desses recursos até 30 de junho deve ser analisada na perspectiva do cronograma físico-financeiro dos projetos: enquanto o primeiro semestre concentrou a execução do SADD e as etapas preparatórias necessárias à aquisição dos equipamentos oceanográficos, o segundo semestre deverá marcar o avanço da implantação da infraestrutura de Instrumentação Oceanográfica.

Esse comportamento é compatível com a estratégia aprovada pelo Conselho de Administração, que destinou os recursos provenientes da reprogramação de saldos prioritariamente ao desenvolvimento dos projetos estruturantes do INPO, separan-

do-os conceitualmente dos recursos do orçamento anual destinados à manutenção da estrutura permanente e das atividades institucionais.

Tabela 7. Distribuição das despesas por natureza de gasto e execução financeira

EXECUÇÃO FINANCEIRA DO CONTRATO DE GESTÃO MCTI/INPO	
Fluxo de Caixa Resumido em 30/06/2026 (valores em R$)	
Saldo Inicial - 31/12/2025	18.461.029,53
Entradas	
Recursos do Contrato de Gestão	0,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	1.077.781,72
Total Entradas	1.077.781,72
Saídas	
Despesas Gerais e Administrativas	1.015.415,56
Despesas com Pessoal e Encargos	2.575.143,08
Despesas Operacionais	135.471,79
Serviços Técnicos Especializados	1.039.816,81
Despesas Tributárias	183.867,79
Eventos e Promoções	373.650,45
Despesas Financeiras	1.930,12
Aquisição Imobilizado	19.293,00
Total Saídas	5.344.588,60
Saldo Financeiro	**14.194.222,65**

6.7 Comparativo entre Orçamento e Realizado

A análise do orçamento e dos valores realizados no primeiro semestre de 2026 confirma a aderência da execução financeira ao planejamento aprovado pelo Conselho de Administração, tanto na perspectiva do orçamento anual destinado à estrutura permanente e às atividades institucionais quanto na perspectiva do orçamento ampliado, que incorpora os recursos reprogramados destinados aos projetos estruturantes.

Sob a perspectiva do orçamento anual, foram realizados R$ 4.396.894,72 no primeiro semestre, frente aos R$ 10 milhões previstos para o exercício. A execução das despesas com pessoal e custeio permanece compatível com o planejamento e reflete a consolidação da estrutura operacional do INPO. Em 2026,

o Instituto passou a contar com sua equipe praticamente completa durante todo o período, diferentemente do primeiro semestre de 2025, quando parte relevante dos coordenadores e analistas ainda se encontrava em processo de contratação.

Tabela 8. Orçamento da Estrutura Permanente e Atividades Institucionais – Orçado x Realizado em 30/06/2026

	ORÇADO	REALIZADO	(=) SALDO A EXECUTAR
Pessoal e Encargos	6.028.330,00	2.575.143,08	3.453.186,92
Custeio	3.871.670,00	1.802.458,64	2.069.211,36
Cooperação e Eventos Técnicos	1.685.670,00	509.122,24	1.176.547,76
Contratos e Serviços	1.686.000,00	992.999,65	693.000,35
Manutenção, Materiais e Outros	500.000,00	300.336,75	199.663,25
Investimento	100.000,00	19.293,00	80.707,00
TOTAL	**10.000.000,00**	**4.396.894,72**	**5.603.105,28**

Já o orçamento para execução dos projetos estruturantes começou a se materializar no primeiro semestre com a aplicação de R$ 947.693,88 no Acordo de Parceria celebrado entre o INPO e a COPPE/UFRJ para o desenvolvimento do Sistema de Armazenamento e Disponibilização de Dados (SADD), componente estratégico da Infraestrutura de Dados do Instituto. Esse desembolso possui finalidade distinta das despesas de funcionamento regular e decorre da estratégia aprovada para utilização dos recursos reprogramados na implantação das capacidades científicas e tecnológicas previstas no Plano Diretor.

Tabela 9. Orçamento dos Projetos Estruturantes – Orçado x Realizado em 30/06/2026

	ORÇADO	REALIZADO	(=) SALDO A EXECUTAR
Projetos Estruturantes	15.740.663,53	947.693,88	14.792.969,68
TOTAL	**15.740.663,53**	**947.693,88**	**14.792.969,68**

No orçamento ampliado, a execução financeira alcançou aproximadamente R$ 5,34 milhões no período, consolidando a parcela destinada ao funcionamento regular do Instituto e aquela direcionada à implantação dos projetos estruturantes.

Tabela 10. Orçamento Ampliado – Orçado x Realizado em 30/06/2026

	ORÇADO	REALIZADO	(=) SALDO A EXECUTAR
Pessoal e Encargos	16.706.284,00	2.575.143,08	14.131.140,92
Custeio	6.905.983,00	2.750.152,52	4.155.830,48
Investimento	895.348,00	19.293,00	876.055,00
TOTAL	**24.507.615,00**	**5.344.588,60**	**19.163.026,40**

A execução dos projetos estruturantes deverá se intensificar no segundo semestre de 2026. Além da continuidade do desenvolvimento do SADD, está previsto o avanço da aquisição e importação dos equipamentos destinados ao projeto de Instrumentação Oceanográfica (iOCEANO).

A leitura conjunta das duas perspectivas demonstra, portanto, que a execução financeira do primeiro semestre permanece aderente ao planejamento aprovado pelo Conselho de Administração. As despesas relacionadas à estrutura permanente encontram-se dentro dos parâmetros previstos para o exercício, enquanto os recursos reprogramados começam a cumprir sua finalidade estratégica de financiar a implantação dos projetos estruturantes do INPO. O aumento esperado da execução no segundo semestre representa, assim, a continuidade do planejamento aprovado e o avanço do Instituto na implantação de sua infraestrutura científica e tecnológica.

6.8 Considerações Finais da Gestão Financeira

O INPO encerrou o primeiro semestre de 2026 mantendo uma posição financeira equilibrada e compatível com o planejamento institucional. A execução observada no período reflete a consolidação de sua estrutura permanente e o início de uma nova etapa, caracterizada pela aplicação dos recursos acumulados na implantação dos projetos estruturantes previstos no Plano Diretor.

A gestão conservadora das disponibilidades financeiras, adotada desde o início das atividades do Instituto, permitiu preservar os recursos enquanto a estrutura organizacional era gradualmente constituída e os projetos estruturantes avançavam em suas etapas de planejamento e preparação. Ao mesmo tempo, os rendimentos das aplicações financeiras e a captação de recursos provenientes de fontes complementares contribuíram para ampliar a capacidade financeira do INPO e apoiar o desenvolvimento de novas iniciativas.

Os resultados do primeiro semestre demonstram, ainda, que o aumento da execução financeira ocorre de forma planejada e alinhada às deliberações dos órgãos de governança do Instituto. Com a estrutura permanente consolidada e o avanço dos projetos estruturantes, o segundo semestre deverá apresentar maior intensidade de execução, especialmente em razão do ingresso do aporte anual previsto no Contrato de Gestão e do avanço dos investimentos em infraestrutura científica e tecnológica.

Nesse contexto, o INPO mantém como diretriz a gestão responsável dos recursos sob sua administração, conciliando a sustentabilidade de sua estrutura permanente com a capacidade de realizar investimentos estratégicos e ampliar a diversificação de suas fontes de financiamento. Essa abordagem busca assegurar as condições financeiras necessárias à continuidade das atividades institucionais e à implementação dos projetos que sustentam o cumprimento de sua missão.



7 GESTÃO DE PESSOAS

7

GESTÃO DE PESSOAS

No primeiro semestre de 2026, o INPO avançou na consolidação de seu quadro de pessoal e dos instrumentos destinados à organização e ao desenvolvimento das equipes. A estrutura executiva do Instituto compreende a Diretoria-Geral e as Diretorias de Administração e Finanças, de Pesquisa e Inovação e de Infraestrutura e Operações, apoiadas por profissionais técnicos e administrativos.

A gestão de pessoas observou o Regulamento de Contratação de Colaboradores, que estabelece os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, disciplinando as modalidades de vínculo e os procedimentos de seleção. Os processos seletivos são conduzidos por comitês e seus resultados são divulgados no site institucional.

O Plano de Cargos e Salários orienta a atração, o desenvolvimento e a retenção de profissionais, estruturando as carreiras Tecnológica/Científica e Administrativa/Gerencial. O instrumento prevê critérios de desenvolvimento e progressão associados às entregas, competências e habilidades demonstradas no exercício das funções.

O Instituto também avançou na consolidação de diretrizes de integridade e na promoção de um ambiente de trabalho respeitoso, inclusivo e orientado pela valorização da diversidade. A minuta do Código de Ética, elaborada no período e submetida ao processo de aprovação institucional, estabelece princípios e padrões de conduta aplicáveis a dirigentes, conselheiros, empregados, estagiários e prestadores de serviços.



8 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

8

GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

No primeiro semestre de 2026, o INPO promoveu importantes avanços em sua infraestrutura de Tecnologia da Informação, com foco na modernização da rede corporativa, no fortalecimento da segurança da informação e no desenvolvimento de soluções voltadas ao apoio da gestão institucional.

Com o objetivo de garantir maior disponibilidade, desempenho e confiabilidade dos serviços de TI, foi implantada uma nova infraestrutura de conectividade baseada em equipamentos corporativos de alto desempenho, contemplando roteador/firewall de última geração, *switches* gerenciáveis e pontos de acesso compatíveis com a tecnologia Wi-Fi 7. A modernização eliminou os recorrentes problemas de instabilidade e lentidão da rede sem fio, ampliando a capacidade da infraestrutura para suportar, com segurança e estabilidade, até 150 dispositivos conectados simultaneamente.

A nova arquitetura também fortaleceu a segurança cibernética do ambiente institucional por meio da centralização do gerenciamento da rede, da adoção de recursos avançados de firewall e do aprimoramento do controle de acessos, reduzindo riscos de incidentes de segurança e vazamento de informações. A solução substitui a infraestrutura anterior, que apresentava limitações de capacidade e estabilidade incompatíveis com o crescimento do quadro de pessoal e das atividades do Instituto. No âmbito do apoio à infraestrutura tecnológica institucional, a área de Tecnologia da Informação prestou assessoramento na definição do ambiente de armazenamento da Intranet Institucional, reco-

mendando a sua disponibilização em área específica no Google Drive, por oferecer gerenciamento centralizado de permissões, rotinas de backup e maior aderência à infraestrutura tecnológica já adotada pelo INPO, em substituição à alternativa de hospedagem junto ao servidor do site institucional. As informações referentes ao desenvolvimento da Intranet, seus conteúdos e sua finalidade encontram-se detalhadas na Seção 4 – Gestão de Riscos e Controles Internos.

Com essas iniciativas, o INPO fortaleceu sua infraestrutura tecnológica e ampliou sua capacidade de suporte às atividades institucionais, garantindo estabilidade de rede para até 150 dispositivos simultâneos, maior segurança no controle de acessos e um ambiente de gestão centralizado.



9 SUSTENTABILIDADE

9 SUSTENTABILIDADE

A sustentabilidade constitui um princípio transversal às atividades do INPO e está diretamente relacionada à sua missão de promover o desenvolvimento científico e tecnológico voltado ao conhecimento, à conservação e ao uso sustentável do oceano.

No primeiro semestre de 2026, as ações do Instituto contribuíram para dimensões ambientais, sociais e de governança. Na dimensão ambiental, os projetos de observação oceânica, biodiversidade, energia azul, dados e resiliência costeira ampliaram a geração de conhecimento e de capacidades necessárias ao enfrentamento das mudanças climáticas e à conservação dos ecossistemas marinhos.

Na dimensão social, o INPO promoveu a formação de recursos humanos, o intercâmbio de conhecimentos, a participação da comunidade científica e a integração de diferentes setores e sistemas de conhecimento em eventos, redes e projetos.

Na dimensão de governança, o fortalecimento dos controles internos, da transparência, da gestão de riscos e das instâncias colegiadas contribuiu para uma atuação institucional responsável e orientada ao interesse público.

A incorporação progressiva desses princípios ao planejamento, aos projetos e aos processos de gestão reforça o compromisso do Instituto com uma ciência oceânica inclusiva, cooperativa e capaz de gerar benefícios duradouros para a sociedade.



10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O primeiro semestre de 2026 representou um período de consolidação das capacidades institucionais do INPO. Os resultados apresentados ao longo deste relatório demonstram avanços simultâneos na governança, na estrutura operacional, na infraestrutura científica e tecnológica, na articulação institucional e na gestão dos recursos necessários ao cumprimento de sua missão.

O Instituto avançou na implementação de seus projetos estruturantes, com destaque para a observação oceânica, a instrumentação e calibração, a infraestrutura de dados e os sistemas digitais do oceano.

Também fortaleceu a RPII, ampliou parcerias estratégicas, mobilizou fontes complementares de financiamento e promoveu espaços de diálogo científico e institucional em temas relevantes para a agenda oceânica nacional e internacional.

Na gestão administrativa e financeira, a ampliação planejada da execução acompanhou a entrada do INPO em uma nova etapa de desenvolvimento, marcada pela consolidação de sua estrutura permanente e pelo aumento da capacidade de implementar ações finalísticas. A manutenção do equilíbrio financeiro, o aprimoramento dos controles internos e a gestão prudente dos recursos criaram condições para a continuidade dos projetos e para a expansão responsável das atividades.

Para o segundo semestre de 2026, o INPO deverá dar continuidade à execução dos projetos em andamento, aprofundar as parcerias e oportunidades de financiamento, ampliar a disponibilização de dados e serviços e avançar na implantação de suas infraestruturas estratégicas. Essas ações contribuirão para fortalecer o papel do Instituto como articulador da ciência, da tecnologia e da inovação voltadas ao oceano e para ampliar sua entrega de resultados à sociedade.



INPO | Instituto Nacional de Pesquisas Oceânicas

Rua Aloísio Teixeira, 278 • Prédio 3 • 4° andar
Ilha da Cidade Universitária
Rio de Janeiro - RJ • CEP 21941-850

inpo.org.br